

# POVO

## CORREIO do

VALE DA TORRE  
a própria realidade  
portuguesa (pág. 4)

Lisboa, 6 de Março de 1975

Amigos leitores,

O CORREIO DO POVO não pretende ser uma revista feita em Lisboa pelo Ministério da Comunicação Social para os portugueses que vivem naquela zona do País onde não chega praticamente nenhuma informação. O CORREIO DO POVO quer, muito pelo contrário, ser uma revista popular, feita a partir das cartas que receber dos seus leitores. O que nessas cartas for dito comandará os assuntos a tratar e, até, a maneira como serão tratados. Os problemas postos pelos leitores serão tratados desse modo co-

PORTUGUÊS:

Todos queremos uma vida melhor e mais justa para nós e, principalmente, para os nossos filhos.

Tens agora, Português, uma oportunidade, a primeira oportunidade verdadeiramente livre, para usares uma das armas de que o Povo dispõe — o VOTO.

Votar é escolher um partido político, aquele partido que em tua consciência, Português, possa servir com honestidade, não só os teus interesses mas principalmente os interesses da maioria dos portugueses e garanta, a todos nós, a justiça social que desejamos.

Para poderes fazer uma escolha consciente, tens de conhecer os partidos políticos, os seus programas; tens de ouvir, de falar, de dialogar, enfim, tens de te politizar para, depois, poderes ajuizar, em perfeita consciência, qual o Partido Político que deves escolher.

PORTUGUÊS,

Votar num Partido Político é uma responsabilidade a que ninguém, verdadeiramente honrado e consciente, se pode furtar, pois do voto de cada um depende o futuro de todos nós.

**VOTO**  
**UMA ARMA**  
**DO POVO**



**Livres pela primeira vez em 48 anos**

Decorrido quase um ano após o 25 de Abril, entendeu o Ministério da Comunicação Social que deveria oferecer ao Povo uma revista especialmente destinada às pequenas comunidades, que se situam na casa de um milhar de habitantes e que não têm fácil acesso à imprensa de grande circulação no País. Sem esquecer a imprensa regional, na sua quase totalidade não diária, tem sido a Televisão e a Rádio os grandes veículos de informação das comunidades a que nos dirigimos e que na sua totalidade atinge um quarto da população portuguesa.

Como se diz na carta aos leitores, com que se inicia este primeiro número de *Correio do Povo* pretendemos fazer uma publicação que dê funcionalidade à ideia de comunicação social. Realizada por um órgão do Governo, *Correio do Povo* será assim, a voz do povo e a do seu Governo.

Este primeiro número de *Correio do Povo* aborda vários assuntos, entre os quais as Eleições, sem dúvida o mais importante momento social que se coloca à vida social dos Portugueses. Livres pela primeira vez em 48 anos, com elas o povo poderá ouvir a sua própria voz. E para esclarecer o nosso povo, alienado, despreparado e ofendido pela ditadura burguesa de partido único que caracterizara o regime salazarista, reforçamos, na medida da nossa capacidade, a acção das sessões de esclarecimento que o MFA tem realizado pelas terras do interior do País. Como por exemplo no distrito de Castelo Branco, onde realizámos a reportagem deste número, que é exemplo disso e necessita de reflexão por parte dos nossos leitores, para prolongar aqui um diálogo esclarecedor para ambas as partes.

*Correio do Povo* inclui também um programa de leitura para 15 dias. Neste número, um conto de José Cardoso Pires, além de poesias de Luis Veiga Leitão. Quando esta publicação atingir o seu número normal de leitores, o que não pode acontecer nos primeiros números da revista, publicaremos em folhetim um romance que será escolhido pelos leitores ou pelas preferências manifestadas nas requisições às Bibliotecas Itinerantes da Fundação Gulbenkian.

Outras secções do *Correio do Povo*, desde a de divulgação científica à de história de Portugal, são apresentadas ao leitor. Mas cabe lembrar, mais uma vez, que serão as suas cartas, os seus problemas, ao encontro dos quais pretendemos caminhar, o mais importante conteúdo do *Correio do Povo*.

**POVO**  
CORREIO do

SUMÁRIO

- 1 — Carta aos leitores
- 2 — Genérico
- 4 — Reportagem
- 12 — Informação
- 15 — Dinamização
- 16 — Rádio/Televisão
- 17 — Humor
- 18 — Literatura
- 19 — Poesia
- 20 — Teatro/Cinema
- 21 — Pintura
- 22 — Arquitectura
- 23 — História
- 25 — Economia
- 26 — Viajar/Conhecer
- 27 — Ciência
- 28 — Desporto
- 29 — Entrevista

DESTACÁVEL

— Um conto de José Cardoso Pires



**VALE DA TORRE,**  
lugar de Portugal

Quem conhece Vale da Torre, aldeia da freguesia da Lardosa, concelho de Castelo Branco? Quem, além dos 300 e tal habitantes desse lugar onde parece que a História se esqueceu de passar? Quem já lá foi, quem já passou por lá? Talvez ninguém porque toda a gente



O QUE É CULTURA POPULAR?

«Não devia dizer-se «cultura popular» — começou por assegurar-nos o eng.º Vasco Pinto Leite, director-geral da Cultura Popular. «Cultura, já é, deve ser, popular, é a expressão do povo, expressão de uma comunidade. Qualquer tipo de cultura tem que ter esse cariz ou então não é significativa, é uma expressão sem sentido, desligada do povo. Não existe, pois, «cultura popular tal como não existe alta cultura. Existe cultura!»

«Cultura que, na medida em que transmite o modo de vida, os problemas de uma comunidade, as suas alegrias e ansiosos, e nos diz precisamente o que é essa comunidade através das suas formas de actividade, será sempre de inspiração e de expressão popular. No termo «cultura popular» eu vejo, porém, um aspecto positivo que é o de sublinhar, desse modo, que a cultura deve ser, mesmo nas suas formas mais eruditas, deve ser representativa de um povo, deve dizer o que é um país.»

«Por isso atribuo um certo mérito a esse termo, que chama a atenção para o assunto. Muita gente julga, aliás, que a cultura é um dom dos universitários, que os universitários têm o monopólio da actividade cultural. Essa é uma forma de ver as coisas totalmente ultrapassada.»

Todas as pessoas interessadas em receber gratuitamente esta revista deverão faz-lo saber, por carta, a O *Correio do Povo*, Ministério da Comunicação Social, Palácio Foz, Praça dos Restauradores, Lisboa 2.

ESTRADA 43

um conto de José Cardoso Pires

«Estrada 43» que hoje publicamos, é tirado do seu primeiro livro «Caminhos e outros contos» e coloca-nos no meio de um punhado de homens que repararam uma estrada, «entre pás e picaretas, carregando brita, semeando areia, cobrindo, em suma, as feridas do asfalto». Homens que lembram a Cardoso Pires «semeadores — semeadores de pedras» semeadores de uma riqueza de que outros que não eles colherão os melhores frutos: homens espécie de crianças, tornados adultos à custa de trabalho e miséria e cuja única distração parece ser o drama que ora hoje, ora amanhã, vai batendo à porta de ora um, ora outro dentre eles.



**POVO**  
CORREIO do

Ministério da Comunicação Social  
Palácio Foz  
Praça dos Restauradores — Lisboa 2

**Chefe de Redacção**  
António Tavares-Teles

**Redacção**  
Manuela de Mendonça Torres  
Francisco Teixeira da Mota  
António Baptista da Silva  
Maria do Rosário Valdivia

**Colaboração**  
Maria de Lurdes Pires Neves  
Alberto Ferreira

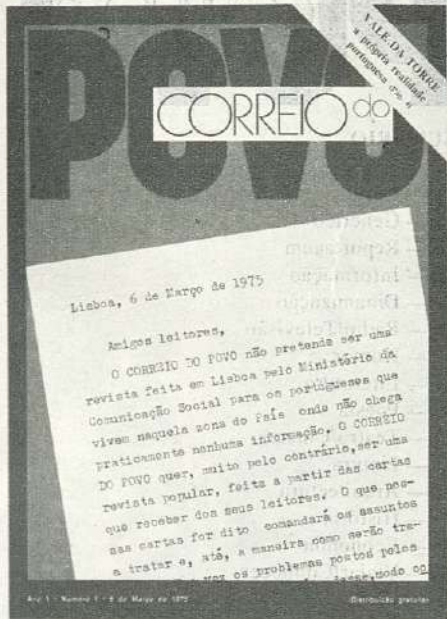
José Guimarães  
José Carlos Gonzalez  
Tomás Taveira

**Reportagem Fotográfica**  
Eduico Chalhert  
Alberto Gouveia  
António Costa Mota

**Paginação**  
Luís Osório  
Abreu Lima

**Composição e impressão**  
Anuário Comercial de Portugal

**DISTRIBUIÇÃO GRATUITA**



Lisboa, 6 de Março de 1975

Caros leitores,

O *Correio do Povo* não pretende ser uma revista feita em Lisboa pelo Ministério da Comunicação Social para os portugueses que vivem naquela zona do País onde não chega praticamente nenhuma informação. O *Correio do Povo* quer, muito pelo contrário, ser uma revista popular, feita a partir das cartas que receber dos seus leitores. O que nessas cartas for dito comandará os assuntos a tratar e, até, a maneira como serão tratados. Uma vez os problemas postos pelos leitores, que serão, também, desse modo, colaboradores da revista, nós vamos ter de escolher, dos problemas que nos forem levantados, o que parecer mais capaz de interessar um grande número de pessoas; e mandar à região onde ele estiver mais fortemente localizado, uma equipa que procurará recolher o máximo de informações sobre a matéria. De posse dessas informações, iremos expô-las às autoridades competentes e conseguir delas uma resposta que logo transmitiremos aos leitores.

Pensamos, assim, fazer não uma revista para o povo, repetimos, mas uma autêntica revista do povo. Porque não se trata de dizer às populações mais afastadas de Lisboa o que é que a capital pensa delas nem sequer o que é que na capital se decide a seu respeito. A hora, hoje, não é de decidir pelo

povo mas de ir até ele, saber o que é que pensa das coisas, o que é que ele quer que a sua vida seja. E, em matéria de aspirações populares, todos temos muito para aprender. O *Correio do Povo* em primeiro lugar.

Mas não se trata só de ir perguntar às populações até hoje mais desfavorecidas o que é que elas pensam ou pretendem e contá-lo, em seguida, aos leitores das grandes cidades. O *Correio do Povo* terá de ser, não só uma simples orelha distraída mas também a voz, a voz viva do povo. Para que o Governo a ouça; e lhe responda.

Isto, quanto às intenções. Mas seremos nós capazes, e sobretudo desde este primeiro número, de dar a forma mais correcta, quer dizer a mais apreciada pelos que nos vão ler e conosco colaborar, a essas intenções?

Claro que não há mil maneiras de fazer uma revista; e quase poderia dizer-se que, uma vez que esta será feita, em grande parte, pelo povo, com as suas cartas, os seus telefonemas, com, numa palavra, as suas aspirações e a sua vontade, ela será o que o povo quiser. Mas é um facto que os Portugueses têm razão para desconfiar do que lhes é tão facilmente oferecido; que, até ao 25 de Abril, os governantes nunca lhes ofereceram nada de bom — quando alguma coisa parecia boa escondia, seguramente, alguma traição em qualquer lado; que muitas pessoas não ousam dizer inteiramente aquilo que pensam.

Fica, no entanto aqui pedido a quem nos ler e a quem conosco quiser colaborar que, seja no que disser respeito aos assuntos tratados, seja no que

disser respeito ao modo de tratá-los, nos envie a sua opinião sincera: a capa é feita, as fotos mal escolhidas; a redacção pouco compreensível, as secções desinteressantes; tudo, tudo deverão dizer-nos; porque, na hora de pormos de pé esta revista com esta franqueza de intenções e de relações com os nossos leitores-colaboradores, estamos a criar uma enorme responsabilidade para nós mas também a responsabilizar na nossa tarefa todos os portugueses, de quem o *Correio do Povo* é.

Esta revista será distribuída a todos quantos quiserem recebê-la. A distribuição será muito deficiente, por certo, neste primeiro número, pela mesma razão porque na primeira página não teremos ainda cartas dos leitores, pela mesma razão ainda porque toda a revista será, com toda a certeza, deficiente: porque este número foi feito apenas por nós, com aquilo que nós pensamos conhecer do povo e entendemos dever dar-lhe; e não por tudo aquilo que ele ainda não nos disse. Mas vai dizer-nos, esperamos.

Comunicar é, antes de mais, ouvir com humildade; compreender, em seguida; responder, quando se sabe; ou perguntar a quem saiba. Mas foi preciso o 25 de Abril para que comunicar possa ser essa forma de entendimento que permitirá o crescimento harmonioso deste país e da sua população.

O Governo assim o entendeu. O Ministério da Comunicação Social criou esta revista. Os jornalistas do *Correio do Povo* reconhecem a responsabilidade da tarefa.

A palavra, agora, é do povo.

Livres pela primeira vez em 48 anos

Decorrido quase um ano após o 25 de Abril, entendeu o Ministério da Comunicação Social que deveria oferecer ao Povo uma revista especialmente destinada às pequenas comunidades, que se situam na casa de um milhão de habitantes e que não têm fácil acesso à imprensa de grande circulação no País. Sem esquecer a imprensa regional, na sua quase totalidade não diária, tem sido a Televisão e a Rádio os grandes veículos de informação das comunidades e que nos dirigimos a que nos dirigimos a atingir um quarto da população portuguesa. Como se diz na carta aos leitores, com que se inicia este

## Livres pela primeira vez em 48 anos

Decorrido quase um ano após o 25 de Abril, entendeu o Ministério da Comunicação Social que deveria oferecer ao Povo uma revista especialmente destinada às pequenas comunidades, que se situam na casa de um milhar de habitantes e que não têm fácil acesso à imprensa de grande circulação no País. Sem esquecer a imprensa regional, na sua quase totalidade não diária, tem sido a Televisão e a Rádio os grandes veículos de informação das comunidades a que nos dirigimos e que na sua totalidade atinge um quarto da população portuguesa.

Como se diz na carta aos leitores, com que se inicia este primeiro número de *Correio do Povo* pretendemos fazer uma publicação que dê funcionalidade à ideia de comunicação social. Realizada por um órgão do Governo, *Correio do Povo* será assim, a voz do povo e a do seu Governo.

Este primeiro número de *Correio do Povo* aborda vários assuntos, entre os quais as Eleições, sem dúvida o mais importante momento social que se coloca à vida social dos Portugueses. Livres pela primeira vez em 48 anos, com elas o povo poderá ouvir a sua própria voz. E para esclarecer o nosso povo, alienado, despreparado e ofendido pela ditadura burguesa de partido único que caracterizara o regime salazarista, reforçamos, na medida da nossa capacidade, a acção das sessões de esclarecimento que o MFA tem realizado pelas terras do interior do País. Como por exemplo no distrito de Castelo Branco, onde realizámos a reportagem deste número, que é exemplo disso e necessita de reflexão por parte dos nossos leitores, para prolongar aqui um diálogo esclarecedor para ambas as partes.

*Correio do Povo* inclui também um programa de leitura para 15 dias. Neste número, um conto de José Cardoso Pires, além de poesias de Luís Veiga Leitão. Quando esta publicação atingir o seu número normal de leitores, o que não pode acontecer nos primeiros números da revista, publicaremos em folhetim um romance que será escolhido pelos leitores ou pelas preferências manifestadas nas requisições às Bibliotecas Itinerantes da Fundação Gulbenkian.

Outras secções do *Correio do Povo*, desde a de divulgação científica à de história de Portugal, são apresentadas ao leitor. Mas cabe lembrar, mais uma vez, que serão as suas cartas, os seus problemas, ao encontro dos quais pretendemos caminhar, o mais importante conteúdo do *Correio do Povo*.

# POVO

CORREIO do

## SUMÁRIO

- 1 — Carta aos leitores
- 2 — Genérico
- 4 — Reportagem
- 12 — Informação
- 15 — Dinamização
- 16 — Rádio/Televisão
- 17 — Humor
- 18 — Literatura
- 19 — Poesia
- 20 — Teatro/Cinema
- 21 — Pintura
- 22 — Arquitectura
- 23 — História
- 25 — Economia
- 26 — Viajar/Conhecer
- 27 — Ciência
- 28 — Desporto
- 29 — Entrevista

## DESTACÁVEL

— Um conto de José Cardoso Pires



VALE DA TORRE,  
lugar de Portugal

Quem conhece Vale da Torre, aldeia da freguesia da Lardosa, concelho de Castelo Branco? Quem, além dos 300 e tal habitantes desse lugar onde parece que a História se esqueceu de passar? Quem já lá foi, quem já passou por lá? Talvez ninguém porque toda a gente



## O QUE É CULTURA POPULAR?

«Não devia dizer-se «cultura popular» — começou por assegurar-nos o eng.º Vasco Pinto Leite, director-geral da Cultura Popular. «Cultura, já é, deve ser, popular, é a expressão do povo, expressão de uma comunidade. Qualquer tipo de cultura tem que ter esse cariz ou então não é significativa, é uma expressão sem sentido, desligada do povo. Não existe, pois, «cultura popular tal como não existe alta cultura. Existe cultura!»

«Cultura que, na medida em que transmite o modo de vida, os problemas de uma comunidade, as suas alegrias e anseios, e nos diz precisamente o que é essa comunidade através das suas formas de actividade, será sempre de inspiração e de expressão popular. No termo «cultura popular» eu vejo, porém, um aspecto positivo que é o de sublinhar, desse modo, que a cultura deve ser, mesmo nas suas formas mais eruditas, deve ser representativa de um povo, deve dizer o que é um país.»

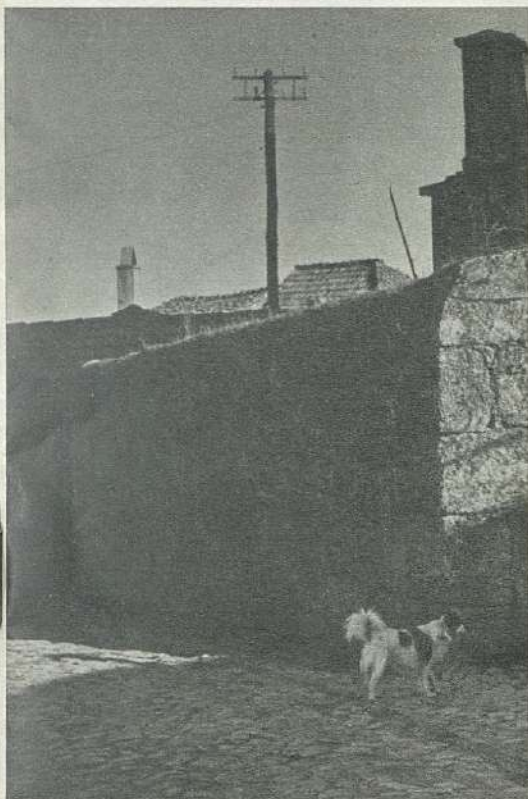
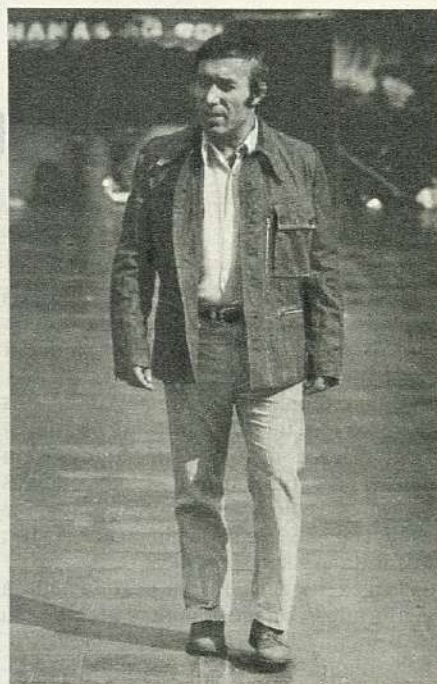
«Por isso atribuo um certo mérito a esse termo, que chama a atenção para o assunto. Muita gente julga, aliás, que a cultura é um dom dos universitários, que os universitários têm o monopólio da actividade cultural. Essa é uma forma de ver as coisas totalmente ultrapassada.»

Todas as pessoas interessadas em receber *gratuitamente* esta revista deverão fazê-lo saber, por carta, a *O Correio do Povo*, Ministério da Comunicação Social, Palácio Foz, Praça dos Restauradores, Lisboa 2.

## ESTRADA 43

um conto de José Cardoso Pires

«Estrada 43» que hoje publicamos, é tirado do seu primeiro livro «Caminhos e outros contos» e coloca-nos no meio de um punhado de homens que repararam uma estrada, «entre pás e picaretas, carregando brita, semeando areia, cobrindo, em suma, as feridas do asfalto». Homens que lembram a Cardoso Pires «semeadores — semeadores de pedras» semeadores de uma riqueza de que outros que não eles colherão os melhores frutos; homens espécie de crianças, tornados adultos à custa de trabalho e miséria e cuja única distração parece ser o drama que ora hoje, ora amanhã, vai batendo à porta de ora um, ora outro dentre eles.



julga conhecer muitas aldeias, ou pelo menos uma, como Vale da Torre. É verdade. Há aldeias como essa em todas as províncias de Portugal — lugares de 300, 400, 500 habitantes, longe de tudo e de todos, onde a única esperança de melhorar a vida se chamava, até há bem pouco tempo — 25 de Abril do ano passado — França. Ou Bélgica ou Luxemburgo ou Alemanha.

# POVO

CORREIO do

Ministério da Comunicação Social  
Palácio Foz  
Praça dos Restauradores — Lisboa 2

**Chefe de Redacção**  
António Tavares-Teles

**Redacção**  
Manuela de Mendonça Torres  
Francisco Teixeira da Mota  
António Baptista da Silva  
Maria do Rosário Valdívia

**Colaboração**  
Maria de Lurdes Pires Neves  
Alberto Ferreira

José Guimarães  
José Carlos Gonzalez  
Tomás Taveira

**Reportagem Fotográfica**  
Eurico Chalbert  
Alberto Gouveia  
António Costa Mota

**Paginação**  
Luís Osório  
Abreu Lima

**Composição e impressão**  
Anuário Comercial de Portugal

**DISTRIBUIÇÃO GRATUITA**

# VALE DA TORRE

num lugar de 300 habitantes a própria realidade portuguesa

Vale da Torre. Lugar da freguesia da Lardosa, Concelho de Castelo Branco. Trezentos e poucos habitantes, a maior parte deles velhos e crianças.

Quem conhece? Quem, além dos trezentos e tal habitantes desse lugar onde parece que a História (que tem sido, até agora, apenas a história das «grandes realizações do fascismo») se esqueceu de passar, quem já lá foi, quem já passou por lá?

Talvez ninguém lá vá porque toda a gente julga conhecer muitas aldeias, ou pelo menos uma, como Vale da Torre. É verdade. Todos os portugueses conhecem, pelo menos, um lugar como este da freguesia da Lardosa, concelho de Castelo Branco. Porque há aldeias como Vale da Torre — em todas as províncias de Portugal. Lugares de trezentos, quatrocentos, quinhentos habitantes, longe de tudo e de todos, e onde a única esperança de melhorar a vida se chamava, até há bem pouco tempo — 25 de Abril do ano passado — França. Ou Bélgica, ou Luxemburgo, ou Alemanha. Lugares onde é difícil ir porque não há praticamente caminhos para lá chegar. E quando há caminhos, não há meios de transporte. Por isso ninguém lá chega. Nem sequer os jornais ou revistas, de Lisboa, do Porto ou da cidade ao lado, porque fica caro levar jornais ou revistas a uma aldeia onde não chegam caminhos nem transportes públicos. E onde não há dinheiro para assinar a gazeta da capital. Nem vontade, se calhar. Isto, quando as pessoas sabem ler. E quanta gente sabe ler num lugar como Vale da Torre?...

Por um carroeiro esburacado

O *Correio do Povo* foi a Vale da Torre. Para o seu primeiro número. Ao encontro de um dos muitos lugares, de trezentos e tantas das muitas pessoas a que se destina: as que não recebiam até aqui, nem ajuda nem atenção nem sequer notícias do mundo em que, apesar de tudo, vivem.

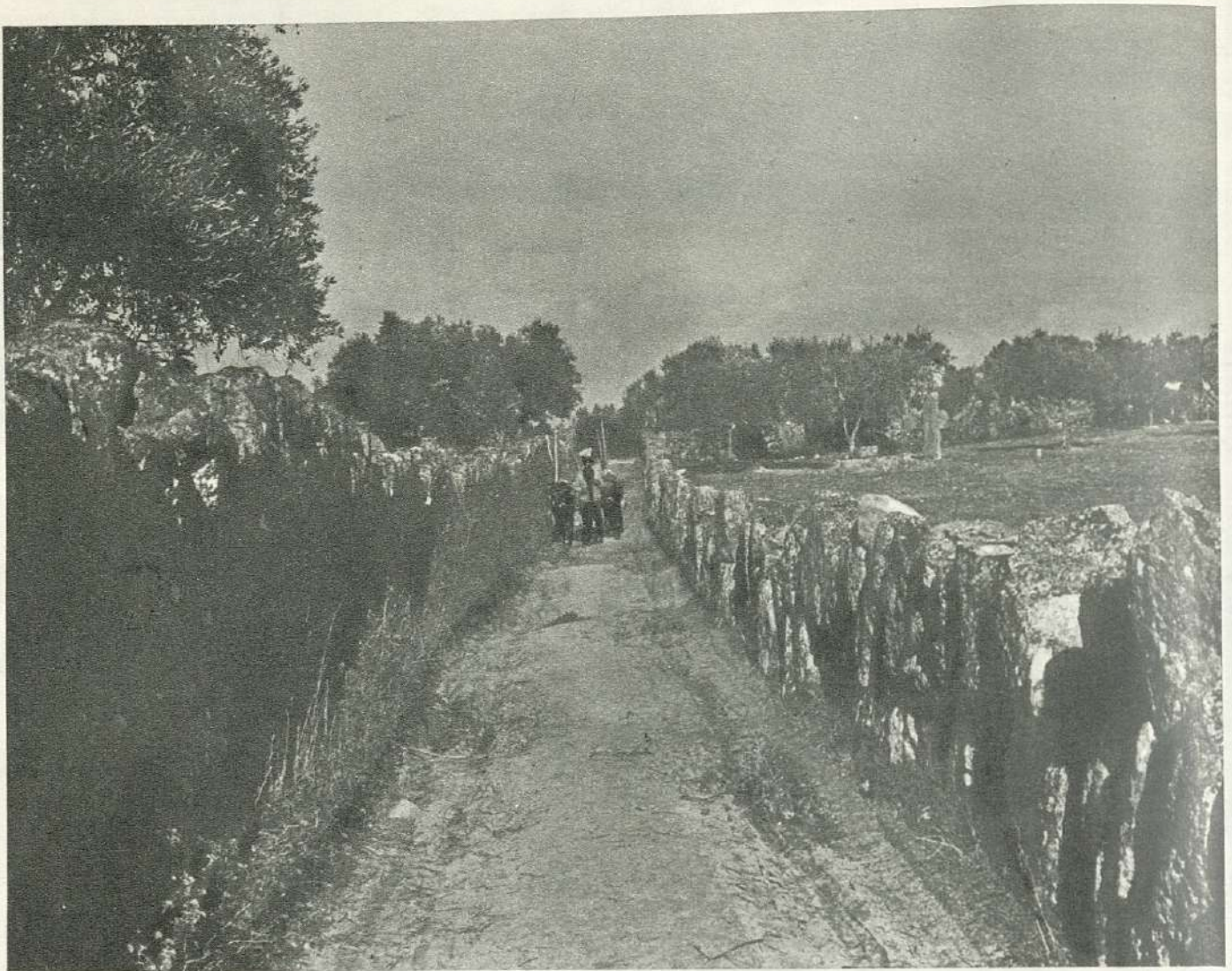
Vale da Torre. Até Castelo Branco, vai-se de comboio, 229 quilómetros, 5 horas. De Castelo Branco até Lardosa, há um comboio e, até, algumas camionetas de carreira. Mas, de Lardosa até Vale da Torre, 5 quilómetros, só pode ir-se de táxi. Ou a pé... Por um carroeiro todo esburacado, onde o motorista do táxi roga pragas à vida pelo estrago do material. E ainda o tempo estava seco.

«Devia chover um bocadinho, só para os senhores verem... Quando chove mesmo, para levar um morto ao cemitério, temos que o levar às costas. E preciso saltar paredes e quintais. Temos uns caminhos desgraçados.»

Pequenas hortas e o olival bordejam o caminho. Aqui é ali um ou dois homens limpavam oliveiras e uma velhota ocupava-se, curvada quase até ao chão, das suas couves.

«Emigrou toda a gente», comentou para nós, mais tarde, o único jovem que encontramos em Vale da Torre. «Talvez vejam por aí um ou dois homens de 30, 40 anos. Mas são os únicos. Só se vê velhos e crianças. Isto não tem condições nenhuma para se viver aqui! Então questão sanitária, assistência médica, não tem mesmo





*Caminhos bons para carros de bois...*

nada. Médico, só na Lardosa. E não faz visitas a casa dos doentes. É preciso ir lá a pé ou de carro de aluguer, quando o táxi não está para Castelo Branco ou para outro lugar qualquer, em serviço. E o táxi, ida e volta são 60 mil réis! Eu, por exemplo, interesse-me por política, vou a Castelo Branco de vez em quando, para comprar o jornal ou um livro, tenho de ir a pé até à Lardosa...»

Mas os problemas de Vale da Torre não são apenas a assistência médica, a falta de estradas e de meios de transporte. Vale da Torre é uma aldeia onde se chega dificilmente e onde se morre facilmente, é certo; mas é também um lugar onde se é cego nas noites de Inverno, em que não há luar. Pois Vale da Torre não tem luz eléctrica! Mesmo na Lardosa os habitantes, uns novecentos, queixam-se:

«Os senhores da Hidro não ligam nenhuma a isto. A maior parte das ruas ficam às escuras toda a noite e outras com a luz acesa até às 11 da manhã, meio-dia...»

Água, «ainda é o melhor que temos, diz um Valedetorrano. Há um fontaná-

rio onde a água corre com abundância. Mas não ficou onde a gente queria. Houve um senhor que disse: «O povo é pequeno, não conta...» E puseram o fontanário onde ele quis.

«É assim que se fazem as tralfulhes!», comentou um velhote. Mais um!

Em Vale da Torre, o problema da água, pelo menos esse, está resolvido.

Mas em Ameixiais, por exemplo, os homens lá do lugar deram uns 30 ou 50 dias de trabalho, a trabalhar à conta deles, para levar a água para lá. A estrada passa a uns dois, três quilómetros juntamente com o cano da água. Pois os homens abriram uma vala até à estrada, abriram mais umas valas na povoação, puseram os canos e, agora, estão à espera, há mais de um ano e tal, que a Câmara faça a ligação, que é só atravessar a estrada e ligar o ramal.

«Sim, nós, quanto a água estamos bem. Mas vai-se à Mata, por exemplo e vê-se uma bicha de cântaros à espera de vez para tirar água. E na Zebreira é a mesma coisa. Há por aí dezenas de lugares nas mesmas condições.»

No que diz respeito a esgotos, «no concelho de Castelo Branco, há-os em Castelo Branco e não em toda a cidade.

E há-os também em São Vicente da Beira. E mais nada. Pode haver um bueiro ou isso, mas esgotos não há!»

Escolas há duas, uma abandonada, «que é uma miséria estar naquele estado, sempre podia servir para qualquer coisa...», e outra em funcionamento com uma professora.

#### Castelo Branco: azeite e emigração

A população do distrito de Castelo Branco era de 316 536 habitantes em 1960 e de 254 356 em 1970. Uma diminuição, pois, de 63 685 habitantes, o que quer dizer que cerca de um quinto da população emigrou!

«Esta aldeia aqui é grande. Tem muita casa, pois tem, mas estão fechadas, não mora lá ninguém, foi tudo embora, têm as portas fechadas e janelas sem vidros. Não vive lá ninguém. Muitas casas estão a cair, só têm gente no Verão. E, como esta, há dezenas de aldeias assim. Os «franceses» vêm cá no Verão, fazem as casas e, depois, vão-se embora, a maior parte das vezes não fica lá ninguém, só a velhota...»



A área do distrito é de 662 664 hectares, assim distribuídos: agricultura 358 565 ha; floresta 142 106; utilização agro-florestal 71 209.

O distrito encontra-se dividido em três regiões económicas: A Cova da Beira, zona em que predominam as propriedades do tipo pequeno e médio, com um regadio evoluído. A maioria das explorações estão em regime de arrendamento e as principais culturas são a batata, a vinha, o milho e a fruta;

O Campo, onde predominam as propriedades do tipo pequeno e médio, algumas delas com áreas superiores a 2000 hectares e cujas principais culturas são o azeite, os cereais e forragens, sendo a pecuária bastante importante;

E a Charneca, de pequena e muito pequena propriedade, com explorações de 0,25 hectares, com florestas de pinheiro, sobretudo.

A população agrícola era de cerca de 150 000 pessoas, em 1968, existindo 44 400 explorações agrícolas, das quais 34 900 por conta própria, 4280 em regime de arrendamento e 5220 em regime misto.

O principal produto agrícola da região é o azeite, tendo a produção de 1969/70 sido de 55 394 hectolitros. Em 1960/61, um ano bom, essa produção atingiu os 100 720 hectolitros. Mas essa queda não se explica apenas pelas variações normais da produção mas também pela nítida diminuição da cultura da oliveira, sem que haja para isso uma explicação razoável, uma vez que

o azeite é um produto de grande procura no mercado mesmo internacional.

No que diz respeito à azeitona laborada, a safra foi de 558 691 quintais em 1960/61, tendo baixado para 369 691 em 1969/70. Pelas mesmas razões.

Indústrias, poucas. Industrialização, sobretudo, de produtos da terra: de celulose, em Vila Velha de Ródão, de correcção de óleo de eucalipto, serrações, 2 fábricas de tomate, 1 fábrica de extracção de óleo de bagaço de azeitona, lagares de azeite (em 1970 existiam 645, dos quais 531 em laboração). De referir, ainda, o complexo frutífero da Cova da Beira e a industrialização de carnes, em Castelo Branco e Enxendros.

#### Caderno de reivindicações

Mas, e o que pensa das suas condições de vida a população agrícola do distrito, que continua, ainda, a trabalhar 10, 12 e até 16 horas por dia contra um salário inferior ao mínimo nacional, 3300 escudos?

«Em primeiro lugar que se acabe com esses horários, impondo-se, ao mesmo tempo, o pagamento do salário mínimo e das horas extraordinárias. Para que as pessoas deste país que era Lisboa e o resto paisagem possam viver uma vida que não seja uma miséria pegada, é preciso que a Previdência não nos esqueça, que ensinem a



Limpendo oliveiras



Água, lá-isso temos!

ler a toda a gente, que a gente, aqui, tenha pelo menos um médico. Em Almededas, por exemplo, há bócio, muita gente com bócio: É preciso combater o bócio em força».

Do alto do seu alpendre, voltado para a rua, um velhote, com um ar de velho sábio, começou por nos falar assim:

«Nós temos muitas coisas a pedir», acrescentou um outro. «E estamos à espera que estes façam o que os outros não fizeram. Não quer dizer que não venham a fazer... Temos mais 48 anos para ver...»

«O MFA veio aqui. Tem feito um bom trabalho, tem aberto caminho. Mas há, por vezes, uma certa falta de preparação. Por exemplo, um sargento, numa sessão de esclarecimento, disse que iam abrir caminhos para as propriedades deste e daquele, que as máquinas vinham de Angola e que abriam caminhos para se ir buscar a azeitona. Que passavam a poder lá ir os tractores e os carros. Mas disse aquilo, com um ar tão convencido que o povo agora está à espera das máquinas. E eles andam por aí a dizer-isso em todas as freguesias.



Os jovens, homens e mulheres, emigraram...

Isto poderá vir uma máquina ou outra, hoje para aqui, amanhã para ali, mas não vai ser assim de repente. Ora a gente teria de saber o que se passa com as tais máquinas, como é que é. Ficou toda a gente à espera delas».

«Temos muito a pedir!» Têm. E os camponeses organizados do distrito de Castelo Branco acrescentaram já às acima expostas as seguintes reivindicações: transformação das Casas do Povo em centros de dinamização cultural; direito a assistência médica efectiva e criação de postos de enfermagem; respeito pelo direito dos rendeiros decidirem dos cultivos, desde que estes não prejudiquem a fertilidade da terra, direito a que os contratos sejam feitos por escrito; proibição do subarrendamento e extinção de formas de parceria; entrega dos terrenos baldios a

quem os possa cultivar; fiscalização no sentido de impedir que a terra de cereal não seja substituída por eucaliptal, sem que haja razões sociais para isso; desmantelamento dos grandes intermédios na comercialização da madeira.

Estas são algumas das conclusões-reivindicações a que chegaram.

### A própria realidade portuguesa

«O mal, nestas aldeias, e mesmo na cidade, é que há ainda muito analfabetismo por aqui. E depois isto é muito pobre. Vive-se da terra, de um pouco de agricultura, de 3 ou 4 vacas, das ovelhas, que ovelhas lá isso há. Comércio quase nenhum. Vão-se limpando umas oliveiras... Depois as pessoas nem sabem muito bem o que querem».

## Não podemos fazer tudo de um dia para o outro

«Quando tomámos posse, fizemos questão de dizer, desde logo, quais as nossas intenções: tentar resolver os problemas prioritários do concelho: saúde, escola, transportes, água, esgotos, o bem-estar das pessoas, etc... E também o esclarecimento público.

O trabalho tem sido intenso mas as pessoas estão, felizmente, muito mais reivindicativas. Uma das coisas que nos propusemos foi fazer visitas às povoações do concelho, para nos apercebermos o melhor possível dos problemas a resolver e para ouvir a opinião dos interessados. As coisas vistas daqui do gabinete ou lá, no próprio local, têm uma perspectiva completamente diferente.

Além disso vem aqui muita gente e o que nos diz é importante».

Estamos na Câmara de Castelo Branco onde, depois de conversarmos com alguns funcionários, falámos com o presidente da Câmara.

**CdP — Falemos, então, dos problemas prioritários. Estive-mos em Vale da Torre e verificámos que não têm um médico sequer...**

PC — Há, na verdade, uma terrível falta de médicos. A assistência é precária. Até ao fim do corrente ano, vamos, contudo, ter um hospital regional muito bem apetrechado, na sede do concelho. No que diz respeito às aldeias, esse é um problema que terá de ser tratado a fundo.

Como, aliás, todos os problemas daqui.

**CdP — O problema escolar, por exemplo?**

PC — Bom, com as escolas dá-se um caso curioso: há, infelizmente, muitas escolas que não têm alunos. E digo infelizmente porque isso deve-se à emigração. Muita gente emigrou daqui e isso compreende-se perfeitamente. Aqui as pessoas não tinham um mínimo de condições. E outra das nossas tarefas é criar condições para que essa gente volte. Tenho tido aqui neste gabinete a visita de muitos emigrantes e que vêm dizer-nos que é urgente instalar a electricidade, abrir as estradas, etc. pessoas que querem regressar mas que desejam um mínimo de condições a que estão habituados. Alguns, que outros bem sabemos o que por lá têm passado... Mas a Câmara de Castelo Branco não tem a mínima razão de queixa da população e nós próprios pedimos à população que seja vigia da acção da Câmara, na medida em que a Câmara somos nós todos, é o povo.

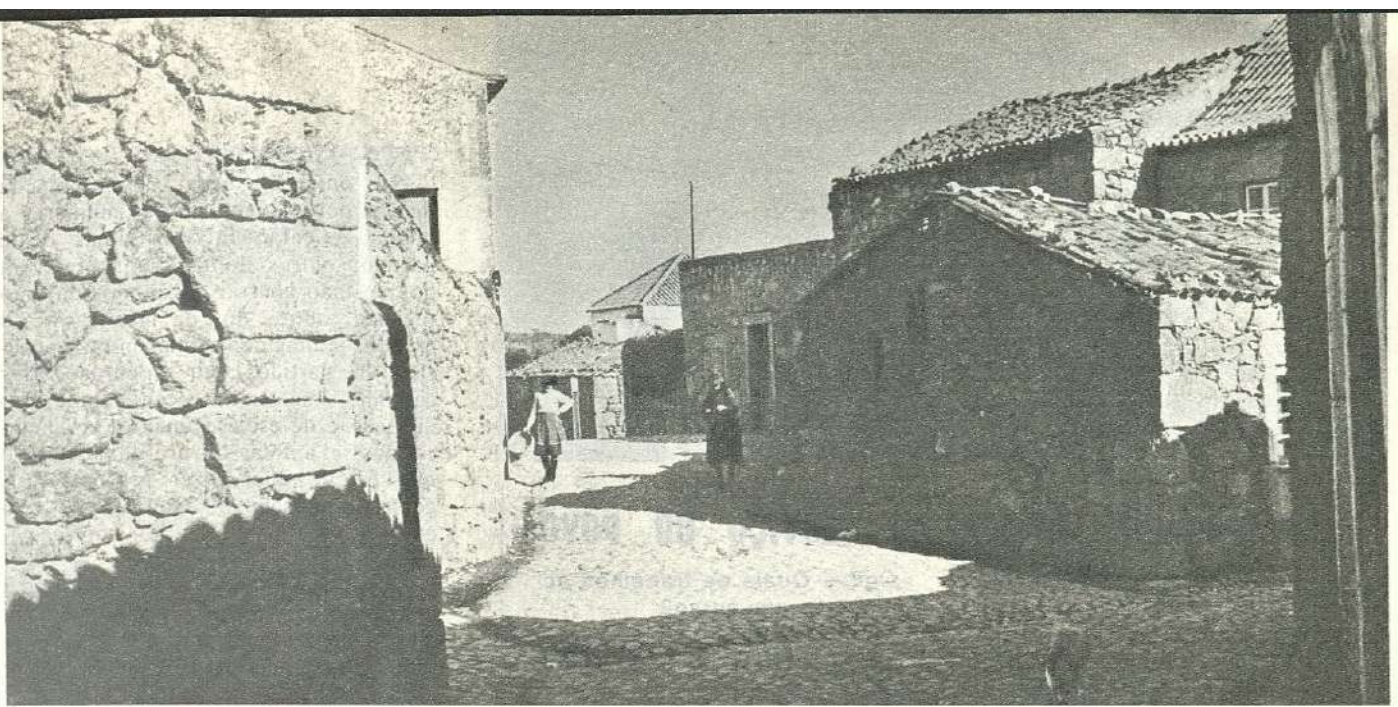
**CdP — E o problema da habitação?**

PC — Esse é, de facto, um dos problemas mais graves com que a Câmara se debate. Quando vaga alguma casa, como recentemente sucedeu, pomos um edital, fazemos um inquérito e entregamos a casa a quem dela mais necessita. Neste caso, apareceram 25 candidatos. Estudámos os dossiers e fomos deparar com situações terríficas. Amanhã mesmo vou a Lisboa para tratar dos problemas de habita-

ção do distrito junto do Fundo de Fomento. É que, para além de haver muitas pessoas sem alojamento, há muitas outras mal alojadas. Ainda muito recentemente esteve aqui um arquitecto que fez um estudo assim por alto e disse-nos que tudo o que fosse construir menos de 300 fogos por ano, só em Castelo Branco, era pouco. Nós já pedimos 100 ao Fundo de Fomento da Habitação. Estamos a tentar fazer mais 30 no Mercado dos porcos. No bairro da Horta d'Alva, bairro camarário de casas muito pequeninas, estamos a estudar a possibilidade de transformar essas casas em blocos habitacionais. Sabemos, de resto, que há empreiteiros dispostos a colaborar com a Câmara na construção de habitações sociais. A falta de casas é de facto enorme mas nós estamos a trabalhar com a melhor vontade. Com este problema da habitação prende-se o problema dos esgotos. Para resolvê-lo recebemos recentemente um subsídio de 10 800 contos, para a remodelação da rede da cidade. Sabe, nós temos muitas dificuldades de dinheiro, de verbas, mas temos que compreender que não podemos fazer tudo de um dia para o outro, embora a vontade seja muita...

**CdP — O recenseamento fez-se sem problemas?**

PC — Tudo correu bem, o número de pessoas recenseadas excedeu aquilo que esperávamos. Foi um trabalho violento, em que foi necessário mobilizar várias repartições mas tem havido uma compreensão muito grande, de resto perfeitamente esperada, pois não havia razão para ser de outro modo.



Aldeia,



Vila. cidade...





Nem vidros nem alunos

## A ENGENHARIA MILITAR AO SERVIÇO DO POVO

Um dos problemas que mais nos foi levantado pelos habitantes do concelho de Castelo Branco foi o dos caminhos: caminhos municipais que não existem ou que estão em mau estado; e sem caminhos não há transportes, não há assistência médica, não há informação, não há nada. É o isolamento total. «Os fascistas queriam-nos isolados», comentou-nos alguém.

Como as populações esperam que as Forças Armadas venham abrir esses caminhos fomos à Direcção da Arma de Engenharia pôr a questão. Lá falámos com um capitão que começou por nos dizer:

«— A Engenharia Militar sempre tem procurado servir as populações, e já antes do 25 de Abril realizámos numerosos trabalhos, tais como: a abertura de estradas, terraplenagens diversas, campos de futebol, etc. Depois do 25 de Abril aumentaram os pedidos e estamos a organizar-nos para dar uma resposta efectiva às populações que maiores necessidades têm».

### CdP — Qual o sistema de trabalho adoptado?

«— A escolha de trabalhos é sempre orientada pelo interesse económico-social desses mesmos trabalhos... A Direcção de Arma está a colaborar com o Ministério da Administração Interna, que adoptou o seguinte método: envia circulares às câmaras municipais que, por sua vez, solicitam a colaboração das juntas de freguesia, para que estas lhes enviem uma lista das obras mais urgentes. Os pedidos destas juntas são depois seleccionados e enviados para o Ministério. Os que fogem às possibilidades do Ministério são então dirigidos para a Direcção da Arma de Engenharia. Só realizamos, pois, trabalhos de manifesto interesse para as populações.

### CdP — Quais os trabalhos actualmente em curso?

«— A Engenharia Militar está a actuar neste momento em três frentes: Sesimbra, Évora e Castelo Branco; em Sesimbra estamos a abrir um caminho que circunda o Parque Municipal, de Campismo, que servirá para a implantação de um edifício e de um parque automóvel. Só neste trabalho temos actualmente 2 «bulldozers», 7 viaturas basculantes, uma pá carregadora e outras máquinas. Ainda em Sesimbra está a fazer-se uma remoção de terras preparando o terreno para a construção de casas económicas, a construir pela Câmara. Em Évora, estamos a fazer uma terraplenagem para o Bairro do Fundo do Fomento da Habitação (497 fogos), o que irá contribuir também para a diminuição do desemprego; e, em Castelo Branco, onde há bastante tempo vimos realizando obras em vias municipais (estivemos recentemente em Santo André das Tojeiras e estamos actualmente no Morelo). Só no concelho de Castelo Branco temos projectadas cerca de 30 obras que esperamos realizar o mais brevemente possível... os problemas são grandes e não só ao nível do equipamento...»

### CdP — Que se passa em relação ao material de engenharia que estava em África?

«— Quanto à Guiné já vieram umas máquinas que estão nas oficinas para reparação e revisão e que vão ser distribuídas pelas unidades; quanto às de Angola e Moçambique, essas estão ainda dependentes de acordos vários, pois que as necessidades deles também são enormes e descolonizar não é abandonar. Mas a aprendizagem também nos imobiliza muitas máquinas, para além do facto de que quando os operadores estão finalmente em boas condições de trabalho, já estão quase a sair da tropa...»

«No outro dia estive na desmancha de um porco e estavam as mulheres a ajudar e então falavam umas deste partido, outras doutro, umas falavam dos de mão aberta, outras dos da mão fechada, outras dos da mão assim ou assado, muitas coisas mas muita confusão. Os partidos têm procurado abrir caminho mas, ainda recentemente, numa sessão de esclarecimento, um médico pôs-se a falar de profilaxia. Ora o que é que quer dizer profilaxia? A gente daqui sabe lá o que é que isso quer dizer! A politização não é nenhuma».

A politização não é nenhuma, é a conclusão a que chegam quer o jovem quer o encarregado da biblioteca itinerante da Fundação Gulbenkian. Este último procura ilustrar o seu propósito:

«Estive hoje nas Sarzedas e lembro-me da primeira vez que lá fui, há uns 12 ou 13 anos. No ano passado diziam que seria para este ano. Estive lá hoje e disseram-me: arranjam 50 contos para mandar para o Governo. E eu perguntei: como é que conseguiram arranjar esse dinheiro? Pedimos por aí, na freguesia. E eu disse-lhes: acho que esses 50 contos eram mais bem empregues cá na freguesia, que não tem água, não tem caminhos, não tem nada. Mandam o dinheiro para o Governo. Deviam era ter convocado uma reunião da população e decidir o melhor destino a dar-lhe aqui na freguesia pois era um dinheiro da freguesia. É assim, batem palmas a quem cá passa...»



O único jovem...



«Mais quarenta e oito anos para ver...»

Inseguros, é certo, os habitantes de vale da Torre ou de qualquer dos lugares como Vale da Torre. Inseguros, temerosos, talvez, desejosos de agradar, por certo. Mas não só. Despolitizados como dizem o jovem habitante da aldeia e o encarregado da biblioteca. É natural. Após tanto tempo de exploração e de abandono. Mas não tanto assim. Um dos velhotes do lugar,

sabendo ao que íamos, recebeu-nos com estas palavras:

«Os senhores vêm cá para ver? Assim é que é. Porque virem cá e não verem nada, como se fazia dantes, os senhores sabem disso tão bem como eu, vinha cá o presidente da câmara ou o governador civil, metiam-nos aí na rua principal, quando devia de ser o contrário, uma festa, tudo embandeirado, não viam nada...»

E um outro comentou-nos assim uma sessão de esclarecimento de um partido:

«A melhor coisa que eles lá disseram foi a do lagar cooperativo. Achei que sim senhor, está certo. Agora eles têm de vir para aqui estudar, porque aquelas azeitonas ali do Cabeço são as melhores, as do Areal são as piores e aquelas ali do Baixo são médias. Da que é melhor, 3 quilos bastam para dar 1 litro de azeite, há outras que é 3 quilos e meio, outras 4. Só com um ano ou dois de estudo. Só acredito nos técnicos que vêm para aqui trabalhar com a gente, no duro».

Despolitizados, talvez. Mas quem estará mais perto da realidade que os habitantes de todos os Vale da Torre de Portugal, eles que são a primeira, a própria realidade portuguesa.

# POVO

CORREIO do

Todas as pessoas interessadas em receber gratuitamente esta revista deverão fazê-lo saber, por carta, ao *Correio do Povo*, Ministério da Comunicação Social, Palácio Foz, Praça dos Restauradores, Lisboa 2.

## Castelo Branco não pode ser incluído no plano de actividade do Fundo de Fomento de Habitação para 1975

Em consequência da nossa conversa com o Presidente da Câmara de Castelo Branco, fomos ao Fundo de Fomento da Habitação perguntar quais as obras previstas para o distrito de Castelo Branco, com a comparticipação do dito Fundo.

Foi-nos respondido: «em face das prioridades superiormente fixadas, e tendo em conta as verbas disponíveis para o respectivo programa — Realizações Diversas — o núcleo de Castelo Branco não pôde ser incluído no Plano de Actividades de 1975, prevendo-se que o seja em 1976. Existe apenas um processo que transitou do extinto Ministério das Corporações, da Federação de Caixas de Previdência».

**CdP — Não se prevê assim qualquer intervenção do Fundo no distrito de Castelo Branco?**

FFH — Em 1975 contamos elaborar os projectos relativos ao núcleo habitacional de Cebolais de Cima (90 fogos), em vista a iniciarmos a sua construção em princípio de 1976. Prevê-se um custo aproximado de 350 contos por cada fogo.

**CdP — E quanto ao pedido feito pela Câmara de Castelo Branco referente ao Bairro da Horta d'Alva?**

FFH — Recebemos efectivamente um pedido de comparticipação em Julho do ano passado para reparação de 70 habitações no Bairro da Horta d'Alva, escrevemos então para a Câmara solicitando um estudo completo, obras a realizar e custos; aconteceu que recentemente recebemos um ofício da Comissão Administrativa da Câmara, em que nos era solicitado que fosse considerado sem efeito esse pedido, pois que devido à falta de casas, tinha sido decidida a construção de blocos habitacionais para pelo menos 8 inquilinos, no Bairro da Horta d'Alva. cremos, assim, que a Câmara voltará a entrar em contacto connosco».

## Melo Antunes apresentou o Programa Económico e Social ao País

O «Programa de política económica e social», agora apresentado ao País, é um projecto de desenvolvimento da sociedade portuguesa para os próximos três anos. Nele se definem os objectivos e se traçam as orientações que não-de presidir a esse desenvolvimento.

Ao realizar o 25 de Abril o MFA retirou o poder político a uma minoria que o utilizava para explorar a população portuguesa e as populações africanas. Mas ao derrube do poder político não correspondeu o derrube do poder económico. Poder esse que continuou nas mãos dos que mais beneficiaram do regime fascista.

Impunha-se pois a transferência do poder económico e o «Programa de política económica e social» é nas palavras do ministro Melo Antunes «um ponto de encontro possível entre o MFA e as várias correntes ideológicas e políticas, que leva em conta as condições particulares da vida portuguesa e que procura concretizar a preocupação constante do Programa do MFA de democratizar a vida económica e social.»

Durante a conferência de imprensa dada pela equipa responsável pelo Programa no Palácio Foz, foi igualmente afirmado que o Programa era «uma marcha para uma sociedade mais equilibrada e mais justa», em que se pretendia a passagem de uma sociedade de

tipo capitalista para uma em que o modelo socialista predomine. Passagem que se deseja pacífica: «Prendemos fundamentalmente que a transição se opere de modo pacífico e para isso temos de contar, por certo, com as camadas da população que podem sinceramente colaborar neste projecto.»

Referindo-se ao papel da iniciativa privada na realização do «programa» Melo Antunes declarou: «Tentámos definir um projecto em que, a par de formas muito claras, de controlo dos grandes grupos económicos pelo Estado, coexistisse um sector privado que tem toda a sua razão de existir, que tem toda a sua razão de se desenvolver e que agora, mais do que nunca, é necessário para este projecto de reconstrução nacional e de edificação de uma nova sociedade... A iniciativa privada é indispensável entre nós e pensamos que sobre ela se vai construir boa parte do nosso futuro. O que também dizemos é que aos grandes grupos monopolistas será retirada a possibilidade de continuarem a dominar a vida económica e social portuguesa, como até agora o tinham feito... As classes trabalhadoras foram, durante numerosos anos, esmagadas de facto pelo peso de um capitalismo que não olhava a meios para levar a sua exploração até ao fim. Mas estamos sinceramente convencidos de que nas classes médias encontraremos os homens capazes de participar neste projecto de construção de uma nova sociedade.»

A Eng.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Pintasilgo, Ministra dos Assuntos Sociais salientou por seu lado o facto de o Programa pôr em primeiro lugar os consumos colectivos e não os individuais, rejeitando

assim uma sociedade futura em que uma minoria tivesse possibilidade de escolha entre um número infinito de produtos e a minoria da população fosse obrigada a lutar pelo indispensável. Quanto a isso, foi lembrado por Melo Antunes que não devia desperdiçar-se este momento histórico e devia tentar-se evitar ao Povo Português os erros cometidos em certas sociedades industrializadas.»

Contamos debruçarmo-nos mais atentamente, no próximo número, sobre este Programa que «só valerá de facto se merecer a confiança dos Portugueses.»

## Manobras contra a liga dos pequenos agricultores

A Liga dos Pequenos e Médios Agricultores do Distrito de Évora divulgou um comunicado em que alerta o Governo Provisório, o MFA, os sócios da Liga e a opinião pública em geral para os seguintes factos:

«1. Tomou conhecimento que existe um chamado Secretariado Nacional das Ligas dos Pequenos Agricultores, que diz representar as Ligas de diversos distritos, o qual tem vindo inclusivamente a tomar posições públicas, nomeadamente através do *Jornal Agrícola* ditas em nome das Ligas.

«2. A Liga dos Pequenos e Médios Agricultores do Distrito de Évora desconhece tal Secretariado e não o reconhece como seu representante, pois não se encontra nele representada e não se responsabiliza, portanto, por quaisquer posições assumidas por tal Secretariado e que o seu verdadeiro e legítimo representante é o Secretariado Distrital Provisório da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores do Distrito de Évora.»

Num outro comunicado, a Liga, depois de considerar que tem sido um dos principais alvos da reacção latifundiária no distrito de Évora denuncia a campanha de boatos que os reacconários contra ela vêm lançando, afirmando a este propósito: «A eles, respondemos que sabemos bem donde partem e quem foram os nossos algozes e que não estamos dispostos a cair de novo nas suas garras.

«Queremos ainda afirmar a nossa independência em relação a quaisquer partidos políticos, embora tenhamos efectivamente recebido apoio na nossa organização e divulgação dos nossos princípios, por parte de alguns partidos políticos verdadeiramente progressistas, sem que de forma alguma interfiram com a vida da Liga dos Pequenos Agricultores ou com as suas decisões.»



Da esquerda para a direita: Rui Vilar, ministro da Economia, Maria de Lurdes Pintasilgo, ministro dos Assuntos Sociais, Melo Antunes, ministro sem pasta, Correia Jesuino, ministro da Comunicação Social, Silva Lopes, ministro das Finanças e Vítor Constâncio, secretário do Planeamento Económico, durante a conferência de imprensa para apresentação do Programa

(Diário de Lisboa, 28/2/75)  
Ver reportagem sobre este assunto no próximo número do *Correio da Povo*

## Dezoito mil famílias de Lisboa vivem em barracas

### Salienta um técnico da ONU de visita a Portugal

O técnico tunisino Abdel Kahffi afirmou, no Palácio Foz, que a Conferência de Vancouver, a cuja comissão organizadora pertence, irá analisar a habitação e o urbanismo, não em termos técnicos, mas em termos políticos, já que os problemas inerentes àqueles sectores dizem respeito à propriedade dos solos e à distribuição dos respectivos recursos.

Abdel Kahffi, que se encontra em Portugal, a convite do secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, disse que a Conferência de Vancouver, a realizar no próximo ano, naquela cidade do Canadá, é «uma iniciativa da ONU e tem como finalidade a melhoria das condições de vida das massas populacionais mais desfavorecidas».

Referindo-se à propriedade privada como um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento habitacional, uma vez que dá origem à especulação dos terrenos e à situação habitacional de Lisboa, onde disse existirem 18 mil famílias a viver em bairros de lata, sublinhou:

«É muito importante que as populações participem no processo de melhoria das habitações através de comissões populares. A única maneira de fazer frente às inevitáveis estruturas burocráticas é haver uma forte capacidade organizativa, tal como está a acontecer em Lisboa com aqueles que se encontram mal alojados».

O técnico da ONU, que é responsável pelos países africanos de língua francesa, focou, seguidamente, o problema das ocupações de casas que está a registar-se, recentemente, em Lisboa, manifestou a sua surpresa por elas não se produzirem em ritmo mais acelerado. E, a propósito, citou números assaz elucidativos, como a existência de cinco a seis mil casas não alugadas, das quais só 1500 foram declaradas à Câmara Municipal de Lisboa, e, destas, apenas algumas centenas alugadas nos termos da lei em vigor.

(Jornal de Notícias, 26/2/75)

### VINHO DO PORTO — UMA DEFESA QUE SE IMPÕE

«Assegurar a representação dos lavradores e defender os seus legítimos interesses junto das entidades, comissões e organismos do sector do vinho do Porto e vitivinícolas nacionais; promover uma política específica de desenvolvimento da produção de vinhos

do Porto de qualidade e a divulgação de novas tecnologias e métodos de trabalho com vista ao aperfeiçoamento de qualidade e diminuição de custos; cooperar na contratação colectiva de trabalho; colaborar com associações congéneres, nacionais ou estrangeiras, para a resolução de problemas comuns; cooperar na definição dos custos de produção; promover a organização, ou nela colaborar, de cooperativas de produção, comercialização ou consumo, consideradas meio adequadas para garantia da justiça social e do progresso económico da região; participar na definição das bases de distribuição de benefício; promover a criação do seguro regional de colheitas; tratar de todos os assuntos que interessem ao bom nome do vinho do Porto, intervindo junto das entidades competentes; contribuir, em geral, na promoção de medidas eficazes de apoio aos pequenos e médios lavradores e de todos os agricultores rurais da região» — eis os principais objectivos de algumas centenas de pessoas interessadas na criação da Associação de Lavradores do Douro Produtores de Vinho do Porto e que estiveram reunidos na Casa do Povo do Pinhão para discussão e aprovação dos respectivos estatutos.

(Diário de Lisboa, 26/2/75)

### A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Analisando em linhas gerais o que se tem passado no nosso país desde o 25 de Abril, somos levados a acreditar, de uma maneira mais clara, na originalidade da actual situação portuguesa.

A intervenção decisiva dos militares, através do MFA, no derrube da ditadura fascista, por si só não é factor mais original. Tem-se assistido em várias partes do mundo, geralmente em países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, a intervenções de militares para apearem regimes ditatoriais.

A originalidade do processo português está contida na actuação dos militares, através, da sua vanguarda, o MFA, na sua luta constante pela consolidação da defesa das liberdades democráticas, ao lado da luta constante das largas camadas da população mais desfavorecidas. O MFA tem demonstrado na sua actuação prática — no processo de descolonização, nas campanhas de dinamização cultural, no modo de intervenção nos conflitos laborais, etc. — que não derrubou militarmente a ditadura para reforçar o poder de certas classes dominantes.

O 25 de Abril realizou-se tendo em vista a situação da grande maioria da população, cujos interesses se opunham, e opõem, aos de uma minoria que detinha o poder político e económico. Porém ao derrubar a ditadura, o

## MFA, POVO



## POVO, MFA

MFA não se considerou como Messias Salvador que ocupando o poder derrubado iria resolver todos os problemas.

Ao entregar parte do poder executivo a um Governo Provisório, constituído por elementos de várias tendências políticas, o MFA mostrou que não estava interessado na tomada do poder político. A entrada de militares para o segundo Governo Provisório veio no entanto clarificar a situação, o MFA não desejava o poder, mas por outro lado não abdicava do direito de intervir politicamente no processo.

É nesta dualidade de situações que reside um dos aspectos mais originais da actual situação — reconhece-se o direito às diversas forças políticas representativas dos vários sectores da população de intervirem e terem a sua quota-parte do poder, não se abdicando por outro lado da responsabilidade contraída perante o povo, de garantir o processo democrático.

Além de força decisiva, garante da continuidade do processo, o MFA como vanguarda política das Forças Armadas é também parte interessada no evoluir da situação. O papel motor que o Movimento tem tido, do lado das massas populares em aspectos decisivos da vida nacional, confere-lhe o direito de intervenção na vida política. Porém as Forças Armadas, ao intervirem não o podem fazer como «tropa de choque» desta ou daquela tendência, deste ou daquele interesse particular. Ao intervirem nos acontecimentos, o Movimento arcando sobre si as responsabilidades adquire consequentemente, na dinâmica da sua intervenção, o direito de ter voz activa no desenrolar das situações, mas sempre numa posição suprapartidária.

O MFA não pretende porém ser a única vanguarda a determinar o sentido do processo político, mas pelos compromissos estabelecidos perante o povo português, não pode ir a reboque dos acontecimentos, principalmente quando estes contrariam as aspirações mais profundas do povo e vão, ou poderão vir a contradizer a dinâmica da revolução encetada no dia 25 de Abril.

O exemplo recente da aprovação pelo Conselho de Estado, de lei constitucional que dá poderes legislativos à Junta de Salvação Nacional em certos campos específicos, é um exemplo característico do papel motor que o MFA tem e deverá continuar a ter. Perante o impasse e indecisão perigosa actual, o MFA considerou que nos campos de saneamento e extinção das actividades fascistas (PIDE, ANP, LP, etc.) era necessário desbloquear a situação, nesse sentido surgem os poderes dados à JSN órgão superior do MFA.

A Institucionalização surge como necessidade de clarificar, ao nível das instituições, políticas, qual o papel a desempenhar pelo autor da revolução iniciada no dia 25 de Abril de 1974. O MFA por este facto, adquiriu o direito de ser ele próprio a decidir sobre o seu futuro; a definir qual o espaço político que deve ocupar no futuro Portugal Democrático. No entanto, utilizando mais uma vez, uma via original, resolve consultar previamente as forças políticas, e em conjunto, definir as formas de que se deverá revestir a institucionalização.

O espaço político que o MFA ocupa e virá depois das eleições para as constituintes, será a solução original do nosso processo, em que se conjuga a legitimidade revolucionária do MFA com a legitimidade da soberania popular expressa através do voto nas eleições.

Boletim do MFA

#### MAIS 44 JUNTAS DE FREGUESIA SANEADAS

Foram enviadas ao *Diário do Governo* as portarias que dissolvem mais 44 juntas de freguesia, nomeando para elas comissões administrativas. A lista das localidades abrangidas desta vez é a seguinte:

No concelho de Almeida: Vale Verde, Vale da Mula, Vale de Coelho, S. Pedro de Rio Seco, Parada, Naves, Mesquitela, Malpartida, Leomil, Castelo Mendo, Castelo Bom, Azinhal e Ade; concelho de Angra do Heroísmo: São Pedro, Santa Luzia e N.ª S.ª da Conceição; concelho de Castelo Branco: Alcains e Retaxo; concelho de Penafiel: Vila Cova, Urrô, S. Martinho de Recezinhos, Santiago de Subarrifana, Rãs, Portela, Pinheiro, Paço de Sousa, Novelas, Milhundos, Lagares, Irivo, Figueira, Croca, Castelões, Ca-

pela, Canelas, Cabeça Santa, Boelhe e Abragão; concelho de Valença: Valença e Boivão; concelho de Velas: Santo Amaro, Rosais, Norte Grande e Manadas.

(A Capital, de 1/3/75)

#### AUMENTA O REPÚDIO INTERNACIONAL PELA DITADURA DE PINOCHET

Eduardo Rojas, vice-presidente da Central Única do Chile, afirmou ontem, no decorrer de um comício comemorativo dos 22 anos da CUT, que «cada vez mais aumenta o repúdio internacional pela ditadura de Pinochet». Rojas seria o último orador da noite: depois de ter estado em Coimbra, na primeira metade da noite de ontem, veio passar a segunda metade a Lisboa, onde substituiria no uso da palavra Luis Figueiroa, presidente da CUT impossibilitado à última hora de se deslocar a Portugal, em virtude de não ter podido adiar outros compromissos.

Presidiu ao comício o dr. Carlos Carvalhas, secretário de Estado do Trabalho, e, na mesa da presidência, viam-se José Gaspar e José Judas, do secretariado da Intersindical, Carlos Carvalho representante da União dos Sindicatos do Sul, Manuel Lopes, do Sindicato dos Têxteis de Lisboa, Simões Marques do Sindicato dos Ferrovários, Jorge Castro e Raimundo Garcia, delegados do Instituto Cubano de Amizade com os Povos, três representantes da CGT francesa e Rogério

Paulo, presidente da Associação de Amizade Portugal-Cuba.

A tónica dominante do comício seria dada, ainda, por uma frase de Eduardo Rojas: «Temos orgulho em sermos companheiros dos trabalhadores portugueses que constroem um Portugal livre e democrático». Foi esse companheirismo que ficou bem patente ontem, quer através das intervenções havidas no comício, quer através do apoio manifestado pela assistência que ocupava grande parte dos lugares do Pavilhão dos Desportos.

Uma das intervenções mais claras da noite terá sido a de Manuel Lopes, do Sindicato dos Têxteis de Lisboa, que afirmou: «foi a burguesia do Chile, com o auxílio do imperialismo americano, que derrubou o Governo popular de Salvador Allende», referindo que «a solidariedade com os trabalhadores e o povo do Chile não deve manifestar-se só em palavras, mas em actos». Para se ser verdadeiramente solidário com o povo chileno «torna-se necessário», afirmou Manuel Lopes, «avançar na construção de uma sociedade sem classes, onde seja banida a exploração do homem pelo homem».

No decorrer da sessão foram lidos telegramas de várias organizações, entre as quais a UNEP e a União dos Sindicatos de Coimbra. Uma proposta dos bancários, em apoio à luta dos trabalhadores de Rádio Renascença, mereceu a aprovação de toda a assistência.

O coro do Sindicato dos Mineiros de Aljustrel cantou, por duas vezes, uma série de canções populares e de luta.

(Diário de Notícias, 3/3/75)

## 1975: Ano Internacional da Mulher

Pode falar-se de igualdade entre homens e mulheres?

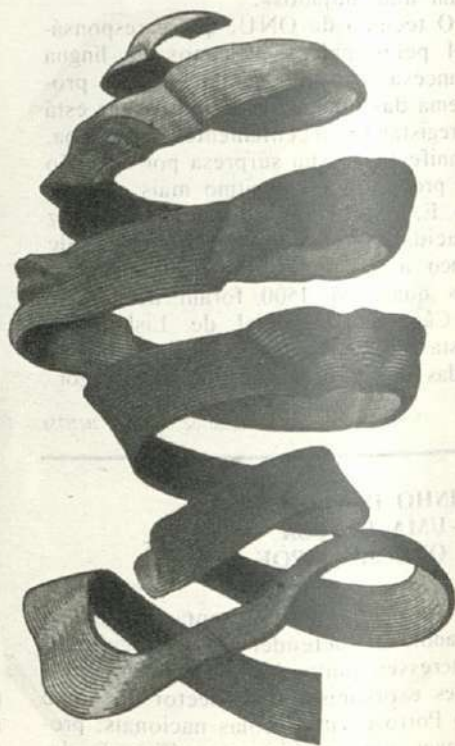
As mulheres andam à procura dessa igualdade e constataam que ela não existe. Acreditam, no entanto, que um dia ela virá, «por causa do progresso».

Por hora, lamentam a falta de igualdade política entre homens e mulheres: «Seria necessário haver mais mulheres chefes de estado, ministros, governadores civis, presidentes da câmara, etc...»

Porque havemos de ser governadas só por homens?»

(L'Express, 3/3/75)

O cartaz do Ano Internacional da Mulher, de M. C. Escher





## Duas ilustrações de um mesmo tema

# Cultura e animação cultural

(Texto adaptado)

A ideia de cultura e o intento de a incorporar no quotidiano dos estratos humanos que dela se viram arredados estão, como se sabe, na ordem do dia, e as diligências nesse sentido não esqueceram articular-se na necessária alfabetização socio-política.

Ninguém deixará de aplaudir tais propósitos. Aos partidos caberá, em simultaneidade, orientar lealmente para uma opção. Que deve ser isenta da demagogia manipuladora da boa-fé dos que só agora foram acordados para a responsabilidade da escolha. Neste país que foi de trevas, nesta hora crucial, cada gesto e cada palavra contam.

E porque assim é, mais se justifica que a ideia de cultura se clarifique tanto quanto possível, desenbaraçando-a dos convencionalismos que a têm desfigurado. Com efeito suponho que, para a maioria das gentes, cultura confunde-se com erudição, sucedendo até que as mais vezes se tem por instruído aquele que abordou múltiplos ramos do conhecimento sem se deixar absorver por nenhum, possuindo com quase todos a familiaridade bastante para lhes transpor a porta sem a insegurança de quem entra num quarto escuro. Homem cultivado é homem de livros, com curiosidades e saberes inco-muns, e frequentemente também de falas que parecem excêntricas.

O primeiro ponto a clarear começa aqui. Enquanto esta ideia de cultura persistir, os esforços no intuito de consciencializar as populações em esta-

do de obscurantismo e de as defender de uma receptividade crédula não poderão ser tão frutuosos quanto se deseja, já que, por um lado, esses esforços parecerão deslocados do auditório a que se dirigem e, por outro, perdurará o sentimento de que as palavras ouvidas, as manifestações culturais observadas (mas não saboreadas) correspondem a uma amostra artificiosa e fugaz daquilo que diz respeito a uma forma de vida contemplativa ou ociosa, e de algum modo extravagante, por isso encarada com um misto de deferência, ironia e tolerância — para todos os defeitos, alheamento. Coisas deles, dos outros, que nada sabem da vida autêntica, daquela que é resposta activa aos desafios diários e não consente fugas às circunstâncias. Deste modo, as tais palavras ouvidas, as manifestações culturais a que se assiste inscrever-se-ão no quadro do «espectáculo», do qual restará a lembrança de um mundo estranho e longínquo que por ali perpassou.

Que é, pois, verdadeiramente cultura, cuja noção importa definir e incutir, para que as pessoas a sintam onde quer que residam, onde quer que sonhem e lidem, onde quer que lutem.

Poderemos dizer que cultura será, uma certa maneira de nos situarmos no mundo, interrogando-o, interpretando-o e refazendo-o, uma certa maneira de conceber o trabalho, os lazeres e a fruição de tudo isso, uma certa maneira de apreender a novidade e de a legar aos que receberão de nós um universo inevitavelmente modificado.

Nada, pois, menos passivo que cultura.

O camponês que inventa uma dança ou uma cantiga referentes ao seu mundo de anseios e labores, o pastor que, nas horas solitárias, esculpe bichos, objectos ou figurantes do seu agro, o aldeão que representa um auto tradicional e lhe acrescenta a sua perspectiva das paixões, o cidadão que pratica desporto num estádio, a criança que traduz, num desenho, uma cena fami-

liar — todos eles fazem cultura, e fazem-na, sobretudo, se cada um desses actos for diverso dos que, no tempo e no espaço, de algum modo se lhes assemelharam.

Porque é justamente na diversidade, e não na obediência a um figurino, que os valores culturais o são como tal e oferecem ao homem a chave da adaptação, o mesmo que dizer: da sobrevivência.

A animação cultural, portanto, nesta fase de rudimentarismo das populações, deveria ter em vista fundamentalmente a sensibilização dos espíritos aos seus próprios valores. Ensinar as pessoas a servirem-se dos seus sentidos, a entenderem, a interferirem, a reconhecerem, afinal, o significado e a relevância dos actos que as testemunham. Como escreveu Michel Guy: «Dar ao público os meios de se identificar.»

O convívio com obras de arte, a romagem a monumentos e museus, a organização de exposições, palestras, festivais, de pouco valem, ou o seu vinco será efémero, se as pessoas se sentirem de «fora», se não tiverem sido gradual e insistentemente preparadas para um desfrute genuíno. Daí que a cultura, para ser assumida e dinamizada, precise dos veículos mais diversos. E não dispense nenhum dos domínios da actividade humana, a escola, a oficina, o recreio. Em todos eles deverá erguer-se uma antena que capte e transmita esse estremecimento pujante, que vibra num povo inteiro, quando tem alguma coisa a escutar e a dizer-nos.

Educar, revelar, adestrar o gosto. Mas, primeiro que tudo, incitando as iniciativas espontâneas dos interessados. De contrário, desenharemos abstracções num papel impávido, edificaremos templos mortos, como parece ter sucedido à maioria das Casas de Cultura com que muitos países, ditos civilizados, julgaram satisfazer as necessidades culturais dos cidadãos.

FERNANDO NAMORA



# Poluição, capitalismo, e outros temas no programa da televisão «HÁ SÓ UMA TERRA»

Uma entrevista com o realizador Luís Filipe Costa

**CdP — Qual a função do programa «Há só uma terra»?**

**LFC —** O programa tem uma preocupação fundamental: focar os problemas que hoje em dia revestem um aspecto dramático nas sociedades capitalistas. O capitalismo explorando o trabalho do homem de uma forma desbragada e explorando de uma forma verdadeiramente anticientífica os recursos do planeta provocou uma reacção em cadeia do próprio homem e sobretudo da natureza. Surgem assim os diversos casos de poluição, desequilíbrio e destruição que caracterizam as sociedades capitalistas.

**CdP — Ao programa corresponde assim, de certa forma, um carácter de denúncia...**

**LFC —** Exactamente, a denúncia da exploração do homem e da natureza no sistema capitalista, que pode provocar efectivamente uma catástrofe a curto prazo.

**CdP — Têm-se verificado algumas alterações no tipo de programas...**

**LFC —** O que se passa é o seguinte, antes do 25 de Abril mostrávamos sobretudo casos concretos de poluição, de destruição: agora que as condições o permitem, procuramos sobretudo mostrar as causas. A poluição não é um fim, é um meio, temos de ir ao fundo da questão e denunciar o sistema que dá origem a todos os problemas, porque não é por acaso, por exemplo, que as fábricas são localizadas aonde o capitalista as quer, sem ter em conta o meio ambiente e as populações. Veja-se o caso duma fábrica, em plena rua em Almada, que foi agora fechada, ou as tipografias em prédios de habitação.



Ora numa sociedade socialista a fábrica é de todos e quando se instala já leva dispositivos antipoluição e se estiver a destruir o equilíbrio das populações, pois ela é mudada.

**CdP — Os últimos programas têm focado questões que não se diriam imediatamente relacionadas com a poluição, como por exemplo, a situação da mulher...**

**LFC —** A Conferência Internacional do Meio Ambiente de Estocolmo referiu aspectos essenciais para a salvação da Humanidade tais como a proibição das experiências nucleares, a extinção do «apartheid» e da discriminação racial, e a alteração da situação da mulher. Por isso tenho focado nos últimos programas problemas referentes à mulher tais como as condições de trabalho, o aborto, o divórcio, as mães solteiras... Porque, de facto, enquanto a mulher não assumir na produção um lugar igual ao do homem e enquanto a



produção não estiver ao serviço do Povo, não estaremos com certeza no caminho de uma sociedade equilibrada e em harmonia com o meio ambiente.

**CdP — Quanto aos próximos programas?**

**LFC —** Estamos à espera de que a Secretaria de Estado do Ambiente comece a trabalhar convenientemente, pois que está em fase de reorganização. Pelo nosso lado daremos todo o apoio às suas actuações. Entretanto vamos denunciando casos que vão surgindo, como por exemplo os tranquilizantes e outros medicamentos, as necessidades artificiais criadas pela economia capitalista.

## Seleccção Televisão

- 1.º Programa:  
— Sábado, 8 de Março  
«**Cantata**» um filme de Mimiós Jancsó (20.50)  
— Domingo, 9 de Março  
**Campeonato da Europa de Atletismo** (15.50)  
**TV Rural** (19.00)  
— 2.ª feira, 10 de Março  
«**Na Armadilha**» uma peça teatral de Alfonso Sastre (20.45)  
— 4.ª feira, 12 de Março  
**TV Rural** (19.25)  
— 6.ª feira, 14 de Março  
**Afinal como é?** (20.45)  
— Sábado, 15 de Março  
**Râguebi** — Transmissão directa do jogo Inglaterra-Escócia (15.45)  
«**O meu Caminho**» um filme de Miklós Jancsó (21.00)  
— Domingo, 16 de Março  
«**A Mãe**» um filme de Mikio Narusa (15.00)  
**TV Rural** (17.30)  
**Teledomingo** (20.30)  
Diariamente às 13.15 e às 20.15 o programa «**Propaganda Eleitoral**». Dias 11 e 13 de Março «**Especial Eleições**» às 21.45.

## Seleccção Rádio

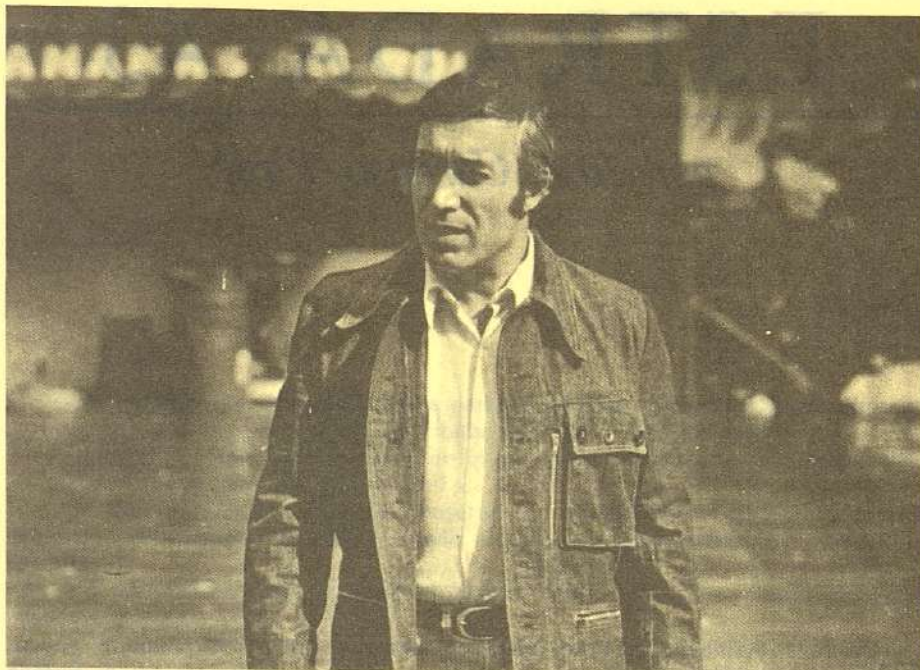
### Formação Política

Programa didáctico da Emissora Nacional que pretende atingir sobretudo o operariado e o campesinato, e em que se explica, numa linguagem simples, os conceitos básicos da vida política.

- 2.ª feira: 16.20  
3.ª feira: — 1.ª repetição: 02.05  
— 2.ª repetição: 23.30  
4.ª feira: 17.20  
5.ª feira: — 1.ª repetição: 03.30  
— 2.ª repetição: 22.00  
6.ª feira: 15.20  
Sábado: — 1.ª repetição: 02.05  
— 2.ª repetição: 23.30

### Arte Poética

Divulgação da poesia revolucionária de todo o mundo. Todos os dias, na E. N., às 21.45.



José Cardoso Pires nasceu em 1925. Apesar de uma obra relativamente pequena, é desde há muito um dos grandes escritores portugueses, cuja escrita é considerada «revolucionária nas letras portuguesas contemporâneas».

Começou por publicar dois livros de contos, *Caminheiros e outros contos* e *Histórias de amor*; em seguida editou *O anjo ancorado*, romance; *O render dos heróis*, teatro; e o *Hóspede de Job*, romance também, que recebeu o Prémio Camilo Castelo Branco, em 1964. O seu último livro, muito bem acolhido no estrangeiro e traduzido para diversas línguas, foi *O Delfim*.

Para além da sua actividade de escritor, José Cardoso Pires, interessa-se activamente por outras formas de comunicação o que o levou a fundar, em 1960, a revista *Almanaque*, corrente de ar fresco, de humor e de inteligência no panorama jornalístico da época; e a colaborar, na *Gazeta musical e de todas as artes*, de que foi redactor. Ensinou, durante vários anos, literatura portuguesa e brasileira no King's College, da Universidade de Londres.

*Estrada 43*, que hoje publicamos, é tirado do seu primeiro livro *Caminhos e outros contos* e coloca-nos no meio de um punhado de homens que reparam uma estrada, «entre pás e picaretas, carregando brita, semeando areia, cobrindo, em suma, as feridas do asfalto.» Homens que lembram a Cardoso Pires «semeadores — semeadores de pedra» semeadores de uma riqueza de que outros que não eles colherão os melhores frutos; homens espécie de crianças, tornados adultos à custa de trabalho e miséria e cuja única distração parece ser o drama que ora hoje, ora amanhã, vai batendo à porta de ora um, ora outro dentre eles.

# ESTRADA 43

por José Cardoso Pires

## I.

Desde a Azinheira que as casas começam a rarear. A pouco e pouco, desapareceram as locandas, os quintais, a garotada andrajosa, e a estrada espalma-se através dos campos como uma cobra adormecida ao sol oco do verão.

É quando os primeiros calores começam a endurecer os terrenos alagadiços do sul. O lodo assenta no fundo, as estacas podres da palanca espreitam das represas mortas. Nos pântanos, as rãs da última postura vêem, pasmadas, a água a secar lentamente e acabam por rebentar ao sol com a pele quebradiça e negra.

Com os calores danados do verão a charneca agoniza assim. A terra fende, crestada, das brechas estoiram, aqui e ali, hastes de junco com bandeiras de lodo penduradas. Os charcos soltam o derradeiro suspiro e imediatamente nuvens de mosquitos salpicam o céu e erram pela planície.

A estrada 43 alonga-se por este terreno desolado. Nua e igual, só de longe em longe uma casa velha e minada de ratos quebra a monotonia da paisagem. E também só de longe em longe pastores e viajantes encontram uma árvore tresmalhada onde possam descansar.

Com o calor principiam as reparações indispensáveis. Num dado lugar põe-se uma placa: ATENÇÃO TRABALHOS VELOCIDADE 10 KM — e logo adiante um batalhão de trabalhadores formiga entre pás e picaretas, carregando brita, semeando areia, cobrindo, em suma, as feridas do asfalto. Há homens debruçados nas caldeiras onde o alcatrão fervilha, outros acompanhando o cilindro, e todos eles se debatem numa agonia de poeira e de cheiro sufocante.

Sucede que, de tempos a tempos, passa um camião. Vem a fumegar, mais comboio do que propriamente camião, rasgando as tênues nuvens de calor que tremulam ao rés da estrada. Alguns param, pedem água para o refrigerador, bebem também e vão ao destino.

ATENÇÃO TRABALHOS VELOCIDADE 10 KM. A placa circular avança sem uma pausa.

Em vão os homens dardejам olhares desvairados à procura de uma paragem de alento. Em vão. Atropelando-se naquele inferno, correm atrás do alcatrão fundido, não vá ele endurecer, atolados nessa massa que se derrama como um rio de lava em fogo.

## II.

O fogueiro, um tipo cego duma vista, acabou de cortar a escopro a tampa da barrica. Emborcou-a sobre a caldeira, batendo-lhe à roda, e o alcatrão, em pedaços duros e luzidios, caiu lá para dentro, misturando-se na calda que fervia.

Nesse mesmo momento chegava Manuel Pinto com as latas vazias. Pousou-as e tirou um tição da fornalha para acender a ponta de cigarro que guardara atrás da orelha.

«Sempre é hoje que chega o pessoal novo?», perguntou o fogueiro, limpando as mãos a um pedaço de desperdício.

Manuel Pinto puxou a primeira fumaça, em seguida meteu outra vez a acha na fornalha.

«Isso gostava eu de saber», disse em voz distraída, observando as chamas. «Corre aí que já foi dada ordem em contrário.»

«Ordem para não vir o reforço?»

«Parece que sim. Mas pela minha parte já nada me espanta. Há três anos que presto serventia e nunca tive empreitada mais ruim do que esta.»

O fogueiro sentiu uma ferroadada no braço e acertou-lhe, rápido, com a mão.

«Poça, camarada. Olhe para aqui.»

Os dois, servente e fogueiro, puseram-se a estudar com atenção a mancha vermelha que o mosquito tinha deixado na pele. Crescera depressa e começava a endurecer.

«É preciso cautela», aconselhou Manuel Pinto. «As terras daqui são muito dadas a febres.»

«É natural, são terras de charcos. De dia ainda vá lá, mas à noite é que os malditos atacam com força. Farto-me de os procurar nem um para amostra. Palavra que tomara ver isto tudo pelas costas.»

«E eu que, quando vim para cá, deixei a mulher, a bem dizer, nas mãos da aparadeira? Sabe o que é isso? Pois bem. Até agora nada.»

«Nada?», perguntou o fogueiro. «Como nada?»

«Nada», disse o servente. «Não sei se está viva, se está morta. A última carta que recebi já tem mais de oito dias.»

Abriu a torneira do alcatrão. Fê-lo com cuidado, em duas voltas cortadas, para que o líquido não espirrasse para os lados.

«É ou não é de dar com um homem em doido?»

Olhava o outro como se esperasse dele uma resposta, uma satisfação.

«Até pensei, sei lá, que ela se tivesse apagado e não mo quisessem dizer. Ou que a criança tivesse nascido com defeito», continuou, sondando sempre o rosto afilado e o olho vazio do fogueiro. Esse olho, cavidade morta, é certo que não estremecia. Contudo, dominava a cara e a figura do indivíduo. Dava-lhe até uma indiferença, um certo ar velhaco e, vamos lá, trocista.

O fogueiro ia ouvindo e apertava o braço no sítio em que fora picado pelo mosquito. A dada altura entendeu que devia contar também o seu caso, o seu exemplo:

«Por causa dum jeito, amigo, correm-se muitas vezes riscos terríveis», principiou ele. «Riscos que nem a gente é capaz de avaliar. E foi isso que se passou com a minha nora quando teve o primeiro filho. Certa ocasião, a rapariga vinha da fonte, escapou-lhe um pé ou qualquer coisa assim, e zás: para não cair, deu tal volta que a criança subiu por ela acima, até quase ao coração.»

Se bem que falasse da nora e tivesse diante dele o servente a beber-lhe as palavras, não deixava de se mostrar preocupado com o braço. Esfregava-o continuamente.

«Pois, amigo, ninguém é capaz de calcular a trabalheira que o doutor teve para pôr tudo na ordem. Sem contar com as dores que a rapariga sofreu, está claro. Uma manobra de alto lá com ela. Olhe, está a ver o pus a aparecer?»

Manuel Pinto viu apenas sangue, mas não se pronunciou. Acabava de encher a segunda lata de alcatrão e preparava-se para partir.

«Nisso é que os algarvios têm razão», notou ainda o fogueiro. «*A mulher prenha só vem doença e manha*, é o dito que eles usam. E não deixam de ter a sua razão.» E concluiu, apesar de o outro já ali não estar: «Isto, tratando-se das mulheres algarvias, que por tudo e por nada se enfiam logo na cama...»

À margem da estrada perfilavam-se montes de brita, barricadas e bidões em correnteza. Manuel Pinto passara por eles nessa tarde vezes sem conto e certamente sem jamais lhes ter deitado um olhar, vergado, como andava, entre as suas duas vasilhas.

Bastava-lhe o calor do piso para saber a distância a que se encontrava da bomba e dos homens que a seguiam. Era um calor ácido, a princípio um bafo morno que se libertava do chão e, pouco a pouco, mais denso, mais vivo, até arder nas pernas, envolvendo-as, à medida que ele se adiantava pela zona ainda mole e pegajosa do asfalto. Nesse terreno levantava-se, por baixo das botas, o ligeiro vapor do alcatrão a resfriar sob as mangueiras de água, e começavam a ouvir-se os

sopros compassados da bomba, abrindo o caminho, varrendo tudo com o seu jacto fino de alcatrão derretido.

Manuel Pinto cruzou-se com o capataz e com o cachorro que sempre o acompanhava. Ambos, homem e animal, cumpriam a sua missão, isto é, ambos rondavam e mediam a vontade e os disfarces dos que trabalhavam. Agora espicaçavam os serventes da pedra; daqui a nada estariam enfiados em qualquer barracão ou vigiarium o pessoal que marchava atrás da bomba.

Mas esses homens que marchavam iam cegos, presos ao brilho do alcatrão. Com largas pãzadas de brita cobriam o piso fumegante, acabado de regar, e tal como iam, calados e em linha a toda a largura da estrada, lembravam semeadores — semeadores de pedra miúda. Todos usavam lenço ao pescoço e polainas de serapilheira por causa das queimaduras. E todos avançavam sem uma pausa, a não ser para chamarem o rapaz da água ou quando ouviam anunciar.

«Café. Lá vai café.»

Nessa altura a bomba parava. Um operário abria o tampão da caldeirinha e o servente despejava as latas.

«Vai café», gritava Manuel Pinto ou outro dos carregadores.

Espesso e pesado, o alcatrão rolava numa nuvem de fumo. A máquina engolia-o, guardava-o por instantes e, recomeçando a mover-se imediatamente, devolvia-o à estrada num orvalho carregado e luzidio.

### III.

Pelo fim da tarde chegou o camião com o pessoal novo.

Mal o reconheceram à distância, os homens suspiraram de alívio e o capataz correu à barraca de arrecadação para juntar ferramentas.

Parados, enxugando o suor, os trabalhadores voltavam-se para o *Matford* de seis rodas que se aproximava, tomando figura, crescendo cada vez mais, até se poderem distinguir os homens que vinham nele, sentados nos taipais em cima da pedra britada. O Fadista pressentia tudo, andava nervoso, farejando e a rosnar por desfastio. Era um cão de capataz e, nessa qualidade, preocupava-se com os trabalhadores; acompanhava, à sua maneira, a chegada do camião.

O ajudante do motorista foi o primeiro a sair. Os homens apearam-se e puseram-se a esfregar as pernas, olhando à roda. Fadista cheirou-os, desconfiado.

Um por um, os trabalhadores foram-se chegando ao camião. A mangueira da ventoinha ficou caída na estrada, o alcatrão coalhou nos crivos da bomba.

«Viva lá. Estava a ver que ainda não era desta que vocês chegavam.» Era o capataz a falar para dentro da cabina.

E o motorista:

«Estou aqui, fique você sabendo, com cento e dez quilómetros desde manhã.»

Apareciam mais trabalhadores. Moviam-se a passo descansado, fazendo cigarros.

«Quantos são eles?», tornou o capataz, indicando com um gesto o grupo que viera no camião.

O motorista estendeu-lhe um envelope que tirou da carteira:

«Tem aí a nota.»

Depois sentou-se de lado, apoiando um cotovelo no volante, e pôs-se a coçar a cabeça. No pulso bailava-lhe uma pulseira grossa, dourada.

«Não vejo referência ao Ramal», observou o capataz quando acabou de ler a carta. «Não ouviu falar em nada, por acaso?»

«Ramal?» O motorista continuava a coçar a cabeça. «Não, ninguém me falou em Ramal nenhum. Quantos homens vieram então?»

«Aqui diz dezoito.»

O motorista fez uma careta:

«Podem limpar as mãos à parede pelo reforço. Por este andar nem para a semana vocês acabam isto.»

«Enfim, dezoito homens sempre são dezoito homens. É melhor que nada. O pior é se ainda nos mandam para o Ramal de São Caetano.»

Pendurado na porta da cabina, como se viajasse de pé, no estribo, o capataz conferiu-os rapidamente. Três deles deviam ser conhecedores do ofício porque vinha apetrechados com chancas de pau e largos chapéus de palha. Menos à vontade, os outros tinham o ar receoso e humilde próprio dos malaios. Eram, na sua maioria, ratinhos que não tinham conseguido lugar nas ceifas, de corpo atarracado e feições queimadas pelo sol serrano das Beiras. Muito pegados uns aos outros, recebiam as sacas das provisões que o ajudante do motorista lhes atirava de cima do camião. Fadista, esse não parava de os cheirar, de os estudar.

No meio da confusão da chegada, Alves, o fiel das ferramentas, reconheceu um dos homens das chancas de pau:

«Eh, Pé-Leve. Eh, magano.»

Abraçaram-se com palmadas de amigos antigos.

«Os bons sempre se encontram», dizia Alves.

«Está visto», confirmava o outro. «Os bons sempre se encontram...» Falava para o fiel, sorria para ele e para os dois companheiros de chancas de pau, que presenciavam o encontro. «Ainda bem que te vejo, Zé Alves. Depois destas horas de viagem eu e aqui os camaradas já deitávamos malaios pelos olhos.»

Riam agora os quatro, e estavam nisto quando a voz do capataz desabou num estrondo por cima de toda a gente:

«Que pouca-vergonha vem a ser esta?»

Cautelosamente, os trabalhadores voltaram às ferramentas. Mas o capataz já não os largava. Correrá para cima dum bidão e, de lá, protestava e despedia urros de estremecer céus e terra:

«Madracos. Larga-se assim o trabalho sem dar satisfação? Eu ensino-vos, corja de madraços. Já vão ver quem é que dá ordens aqui...»

Era destas pessoas que gritam e que acreditam nos próprios gritos, aumentando com eles, a ponto de se esquecerem das razões. Em pouco tempo estava de tal modo nervoso que o bidão lhe bailava desordenadamente debaixo dos pés.

Manuel Pinto pegou nas vasilhas. Dali em diante o trabalho ia ser menos pesado porque repartia com um malaoio o caminho entre a caldeira e a bomba. Sorriu-lhe quando lhe passou as latas pela primeira vez:

«Você já devia ter vindo há mais de uma semana. Abafa isto.»

Em breve o rumor das máquinas e das ferramentas abafava os berros do capataz. Mas ele esbracejava ainda, deslocava-se aqui e ali, rosnando, e o cão seguia-o de orelha fita e de dentes arreganhados. O dono acabou por irritar-se com ele também. Atirou-lhe tamanho pontapé à barriga que o Fadista desapareceu num rastro de ganidos.

«Tão bom é o cão como o dono», comentou Manuel Pinto consigo mesmo, mas ainda assim em voz alta. Depois, passou por Alves, o fiel, aproveitou para perguntar:

«Sempre é certo que vamos para o Ramal?»

Alves afiava um pau à navalha; preparava um batoque, possivelmente. Assim como estava, assim se deixou ficar. Respondeu apenas:

«Depois desta empreitada.»

«Mas», tornou Manuel Pinto, «eu preciso de ir a casa. Outro qualquer no meu lugar não estava aqui nem mais um minuto.»

O fiel levantou os olhos para ele. Não disse palavra; levantou os olhos, nada mais.

Aquilo caiu em cima do servente como uma sentença sem apelo. Ficou desamparado, à espera do ajudante, vendo-o aproximar-se, muito lento, muito cuidadoso, carregando as vasilhas a transbordar. Afastava de mais os braços com receio de bater com as latas nas pernas e isso, como é natural, obrigava-o a um esforço dobrado.

---

«Larga», ordenou-lhe quando se cruzaram os dois.  
Pegou na carga de alcatrão e partiu. O fiel das ferramentas continuou a afiar o batoque.

Continuou a afiá-lo e, quando Manuel Pinto regressou, estava ainda entretido com a tarefa, ocupado em fazer uma obra certa e perfeita.

«Ouça», interrompeu Manuel Pinto. «Isso do Ramal é seguro».

«Garantiu-me o capataz», declarou o outro.

«E se eu me recusar?»

Alves largou a navalha e espalmou brutalmente um mosquito que lhe pousara no pescoço:

«Se você se recusar?»

«É um caso de força maior, tenho a mulher doente. Não sei se está viva, se está morta.»

O fiel recomeçou a talhar a madeira. Pensava no assunto.

«O Marcelo não recebeu notícias?», disse daí por algum tempo.

Perto deles uma ferramenta tombou estrondosamente, um homem desatou a fugir, estrada abaixo, direito à caldeira grande. Ouviram-se gritos, ancinhos atirados, uns a seguir aos outros; de todos os lados surgiu gente a correr.

Sem saber como, Manuel Pinto foi arrastado na debandada. Aos encontrões, achou-se diante da caldeira grande, estendeu o pescoço a espreitar: na clareira que se fizera ao pé das fornalhas, o fogueiro e um servente amparavam um corpo enrodilhado. Estrebuchava, esse corpo. Todo dobrado, a cabeça entre os joelhos, torcia-se e arrastava com ele os homens que o agarravam, principalmente o fogueiro.

«Quem é?», perguntavam os trabalhadores à volta. E o fogueiro corria-os com o olho vazio e balouçava, puxado pelos sacões do corpo que tinha nas mãos. Parecia um bêbado sem vontade percorrido de soluços. Ou um espantalho a sacudir-se. Sem chapéu, a penugem da cabeça e o pescoço longo, vermelho, tudo isso lhe dava semelhanças de um espantalho em ruínas que se verga e se endireita, envolvido num remoinho.

Apareceu o capataz:

«Quem é o homem?»

Vinha a assoprar, acompanhado do motorista do camião. Responderam-lhe que o homem era um dos novos que tinha chegado nessa tarde, e ele agachou-se para tentar descobrir-lhe as feições. Mas teve de desistir.

«Esta só pelo diabo», suspirou. Pôs-se novamente de pé, deu voltas. «Como raio é que ele arranjou isto?»

O fogueiro recebeu a pergunta, piscando o único olho de maneira rápida e contínua. Não sabia, não percebia.

«Quando demos por ele já estava neste estado», declarou. «O mais natural é ter-se enganado a abrir a torneira e o alcatrão saltar-lhe para a cara. Resta saber se lhe apanhou os olhos.»

«Apanhou?», perguntou, muito rápido, o capataz, sacudindo o homem que se debatia. Era como se o quisesse despertar, como se lhe quisesse vencer uma teima. «Apanhou-te os olhos, diz?»

Como resposta, o outro ergueu a cabeça, mas as mãos vieram também, cobrindo-lhe o rosto. Fez-se silêncio em redor. Operários e capataz ficaram suspensos diante daquela cabeça miúda, quase de criança.

«Tem as mãos pegadas à cara», anunciou alguém.

Por instantes ficaram todos sem um movimento, tolhidos por essa voz recosa e sumida que os gelara por dentro e pela presença de um rosto apertado entre dez dedos quase serenos. Então, no meio daquele assombro, o motorista desatou a dar ordens:

«Levem-no para ali. Petróleo, tragam depressa petróleo.»

Ao mesmo tempo, ele próprio pegava no ferido pelas costas e, com a ajuda do fogueiro e do servente, arrastava-o para a boca da fornalha.



# JOÃO ABEL MANTA

«Não faça isso», acudiu o capataz. «O homem precisa é de ar.»

Afastou-o do caminho. Ele, motorista, sabia muitíssimo bem o que estava a fazer. Neste momento tudo o que o infeliz necessitava era de calor, não de ar — calor para que o alcatrão amolecasse. E petróleo.

«Esse petróleo, catano?»

Trouxeram-lho num garrafão enorme. Fio a fio, o condutor do camião pôs-se a regar as mãos e as partes descobertas das faces do maloio. A cada esforço o homem batia com as botas no chão, louco de raiva. Libertou um dedo: gemeu alto; libertou outro, outro e mais outro. Por fim, num puxão desesperado, lançou-se para a frente e pôs-se a dar voltas às cegas na presença dos companheiros que o cercavam. Revolvia-se, andava à roda em passos de doido. Atirava os braços como se quisesse arremessá-los para longe do corpo, ver-se livre deles, erguia para as nuvens um rosto em farrapos negros e com duas bolas grossas no lugar dos olhos.

O motorista correu a ampará-lo:

«Espera um momento», disse-lhe. Pediu com um gesto que lhe passassem mais uma vez o garrafão.

Mesmo de pé, começou a lavar-lhe a cara com desperdício embebido em petróleo. A pouco e pouco, a máscara foi-se desfazendo, as pálpebras surgiram, rosadas e luzidias, mas estavam unidas por uma linha espessa de alcatrão que lhe colava as pestanas.

Fadista uivou algures.

«Calem-me esse cão», ameaçou uma voz.

Ninguém lhe respondeu. Mudos, atordoados, os trabalhadores rilhavam os dentes, assistindo à luta dum companheiro que espezinhava a terra como se espezinhasse a dor ou a ele próprio e que se inteiriçava, girando os olhos por detrás das pálpebras cerradas. Tentava rasgá-las, procurava enfentar a luz da vida; dobrava-se todo quase a beijar o chão e o petróleo escorria por ele abaixo. Até que soltou um berro final e venceu o véu negro que o separava do mundo.

«Não abras ainda os olhos», disse o motorista, untando-lhe agora as faces e as mãos com azeite. «Pronto», acrescentou daí a nada. «O principal já está. O resto é com o doutor.»

O ferido cuspiu, abanou as mãos. Ondas de lágrimas corriam por ele abaixo. Deu um passo indeciso, como tonto, parou, e, numa arrancada repentina, fugiu para a berma da estrada. Fadista tornou a uivar, mais forte agora.

«Cão dum filho da mãe», urrou a voz de há pouco, e atrás dela surgiu um trabalhador brandindo uma cavaca.

Todos os presentes abriram caminho para o deixar passar. Estavam ainda junto da fornalha, mas alguns começavam já a deslocar-se para o ponto onde se encontrava o ferido. Também o *Matford* se dirigia para ele, fazendo marcha-atrás.

«Sentes-te melhor?», perguntou-lhe o motorista.

Limpava as mãos a um trapo com a tranquilidade de uma pessoa que dá por acabada uma tarefa. Ao lado dele estava o capataz e, sentado no chão, o maloio que sofria.

«Ainda dói muito?», perguntavam-lhe os dois homens.

Perguntavam por perguntar — isso percebia-se pelo tom em que se lhe dirigiam e que não era nem curioso nem inquieto, apenas consolador, talvez. Em seguida foram conferenciar para longe dali e, quando acabaram, o motorista ocupou o seu posto ao volante, o capataz levantou o ferido e trouxe-o para o camião.

«Vamos, o pior já passou.»

Seguido de todo o pessoal, entrou na cabina. Alguns sorriam-lhe, outros falavam-lhe. Penduravam-se nos estribos, espreitavam-no pelas janelas e por cima dos guarda-lamas. No fundo, todos queriam consolá-lo, com sorrisos ou com palavras.

«Estás fino, estás capaz doutra», diziam.

Sim diziam; mas os olhares demoravam-se naquelas faces empoladas, nas sobrancelhas ruivas, ardidadas, e a voz secava dentro deles.

---

Com modos lentos, ordenados, o motorista correu o fecho do blusão, certificou-se de que o ajudante estava no seu posto, sentado num dos taipais, e só então ligou o motor. Sacudido pela trepidação, o ferido deixou tombar a cabeça para trás, mas, de passagem, ao descobrir-se no espelho, atirou-se brutalmente para a frente. Viu, um pouco acima, a mascote e as flores de papel, fixou, apavorado, o rosto desconhecido que o fitava, brilhando como cobre em fogo, e não resistiu:

«Ai que me desgraçaram.»

Repetiu o brado. Chorava cada vez mais alto, cada vez mais perto do espelho.

«Ai que me desgraçaram, ai que me desgraçaaaa...»

As lágrimas ardiam-lhe no rosto, misturadas com a aguadilha das queimaduras. Gritava mecanicamente, por necessidade, contra a sua cara desconhecida, que gritava também no espelho contra ele, e sentia-se perseguido pela ideia teimosa das flores de papel.

«Ai que me desgraçaaaa...»

O *Matford* arrancou, afugentando os trabalhadores. Mais adiante o Fadista saltou ao caminho e acompanhou-o a ladrar furiosamente.

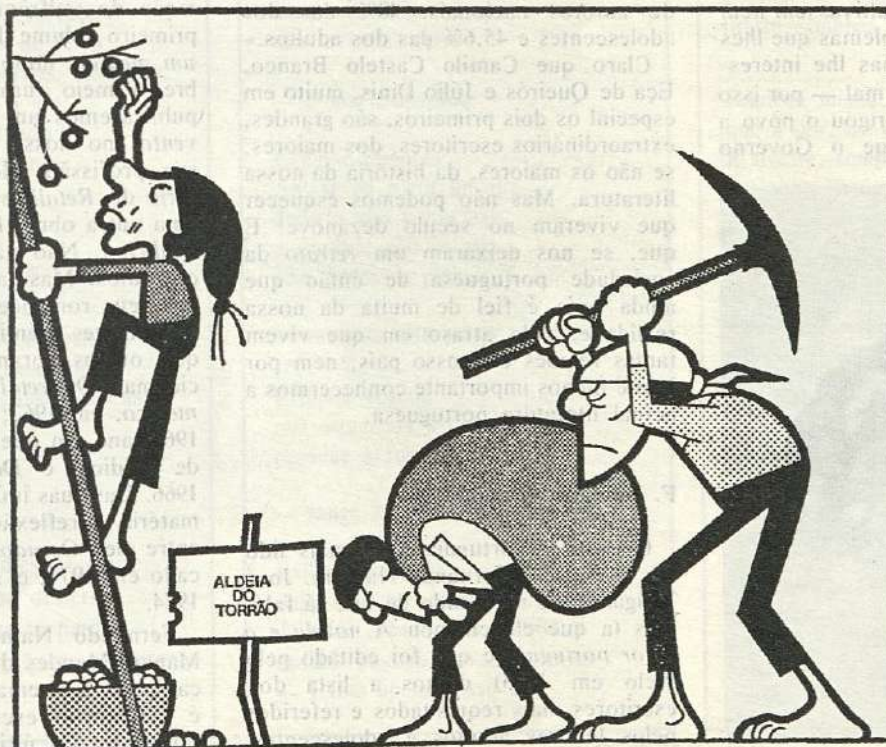
Enquanto o não viram desaparecer numa nuvem de pó, os homens da estrada 43 permaneceram voltados para longe, arrastados pelo eco de desespero do companheiro ferido. E quando entregaram a Manuel Pinto uma carta que o motorista lhe tinha deixado, ficou com ela pendurada nos dedos, abriu-a vagarosamente e foi-se a lê-la com gestos vagos.

Só tempo depois reconheceu a letra indecisa da mulher.

---

# JOÃO ABEL MANTA

Veja as diferenças



JOÃO ABEL MANTA

## Ler também é preciso

Em Portugal lê-se pouco. Quase nada. As razões são muitas; a principal, é o analfabetismo em que foi mantido o nosso povo.

Uma grande parte de nós não sabe ler ou mal sabe ler; não se pode pois exigir nem esperar que sejamos grandes leitores de romances, de poemas nem mesmo de outra literatura mais fácil, como a dos jornais e revistas, que informam sobre o dia-a-dia da vida do País e do mundo.

Mas mesmo muitas das pessoas que sabem ler não lêem. E não lêem porque ao regime anterior nunca interessou que os portugueses se cultivassem nem se informassem dos problemas que lhes dizem respeito; ou apenas lhe interessou que se informassem mal — por isso instituiu a censura e obrigou o povo a saber apenas aquilo que o Governo



Fernando Namora

queria que ele soubesse. Também a Salazar e, mais tarde, a Caetano, não interessava dar a conhecer escritores cuja obra tinha por tema, exactamente, os problemas do povo português; e, por heróis, homens, e mulheres desse mesmo povo. E isto foi tão verdade que, ainda hoje, os escritores mais lidos em Portugal, segundo as conclusões de um inquérito feito por José Tengarrinha em 26 bibliotecas fixas e itinerantes da Fundação Gulbenkian, «são Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós e Júlio Dinis. Os três constituem quase metade do total das requisições e referências de autores nacionais: 48% das dos adolescentes e 45,6% das dos adultos.»

Claro que Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós e Júlio Dinis, muito em especial os dois primeiros, são grandes, extraordinários escritores, dos maiores, se não os maiores, da história da nossa literatura. Mas não podemos esquecer que viveram no século dezanove! E que, se nos deixaram um retrato da sociedade portuguesa de então que ainda hoje é fiel de muita da nossa realidade, pelo atraso em que vivem tantas regiões do nosso país, nem por isso é menos importante conhecermos a actual literatura portuguesa.

### F. Namora, o mais lido

O escritor português vivo mais lido em Portugal é Fernando Namora. José Tengarrinha, no estudo de que já falámos (a que ele chamou *A novela e o leitor português* e que foi editado pela Prelo em 1973) dá-nos a lista dos escritores mais requisitados e referidos pelos leitores adultos e adolescentes.

Namora vem em quarto lugar na lista dos adultos, logo após Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós e Júlio Dinis; e em décimo terceiro na dos adolescentes, em que Júlio Dinis, Camilo e Eça igualmente ocupam as três primeiras posições, nessa ordem.

Fernando Namora nasceu no dia 15 de Abril de 1919, em Condeixa, filho de camponeses da aldeia de Vale Florido, Ansião. Após o curso dos liceus, que concluiu em Coimbra, entrou para a Faculdade de Medicina, no ano de 1936. No ano seguinte, publicou, de parceria com Artur Varela e Carlos de Oliveira, um livro de contos: *Cabeças de barro*, que é, após a sua colaboração em jornais académicos, a sua primeira obra literária; e uma novela *Almas sem rumo*, que não chegou a editar a sua primeira obra literária. O seu primeiro livro de versos, *Relevos* publicou-o em 1938; ano em que a par de uma actividade literária que se traduz na publicação do primeiro romance, *As sete partidas do mundo*, (distinguido com o prémio Almeida Garrett) se dedicou muito especialmente às artes plásticas. Dedicou essa que dura, embora de forma muito mais episódica, até hoje.

A obra de Fernando Namora é grande, quer em qualidade quer em quantidade. A sua actividade profissional — formou-se em medicina em 1942 e foi exercer para Condeixa nesse mesmo ano — permitiu-lhe um contacto humano riquíssimo com a realidade social beirã e inspirou-lhe em muito a obra: *Casa da malta* e *Minas de S. Francisco*, por exemplo, reflectem, desse contacto, a parte ligada à exploração do volfrâmio. Em 1949, saiu o primeiro volume de *Retalhos da vida de um médico*, importante documento sobre o meio rural português, de que publicaremos um dos contos, *Dias de vento*, no nosso próximo número. A sua profissão, além de uma segunda série de *Retalhos*, deu ainda origem a uma outra obra, *Deuses e demónios da medicina*. Não vamos citar-lhes todos os títulos. Mas salientamos que alguns dos seus romances receberam os mais importantes prémios literários do País e que outros foram adaptados para o cinema: *Os retalhos da vida de um médico*, em 1962; *O trigo e o joio*, em 1965, ano em que abandona a actividade médica; e *Domingo à tarde*, em 1966. Das suas inúmeras viagens trouxe matéria e reflexão para vários livros, entre eles *Os adoradores do sol*, publicado em 1971; e *Estamos no vento*, de 1974.

Fernando Namora, de quem José Manuel Mendes diz que «a problemática social é o tema maior da sua obra», é também o escritor português mais traduzido das últimas gerações.

# LUÍS VEIGA LEITÃO

## poeta de resistência, de exílio e de esperança



Luís Veiga Leitão

### RESISTENCIA

Não. Digo à explosão de ameaça  
e à rapada paisagem do desterro.  
E não. Digo à minha carcaça  
encalhada em bancos de ferro  
e ao cordame dos nervos, fustigado,  
a ranger no silêncio a sós:  
Por cada nervo quebrado  
que se inventem mais nós.

### PÁSSARO APENAS

Isto de sangrar saudades  
largando, esfarrapando as penas  
de encontro ao muro, de encontro  
às grades, é ser um pássaro apenas.

### MORTE PRÉVIA

Para quê a morte antes da morte,  
espantinho erguido no desterro?  
Bem vêes, amigo, que te perdes...  
— Nem as moscas vulgares e verdes  
iriam ao teu enterro.

Escolhemos Luís Veiga Leitão para esta nossa primeira página de poesia porque ele foi um poeta de *resistência* ao regime fascista, mesmo na prisão, onde escreveu muitos dos seus mais fortes, belos e simples poemas (recolhidos no livro *Noite de pedra*) e onde a poesia foi, mais do que nunca, para ele, a *camarada de sempre*; porque foi um poeta do *exílio*, onde foi camarada de tantos de nós: porque regressará, muito em breve, à sua terra (nasceu em Moimenta da Beira, em 1915) donde abalou para o Brasil com mais de cinquenta anos.

A sua obra é relativamente curta. Publicou, em 1950, o seu primeiro livro de versos, *Latitude*; *Noite de pedra* é de 1955; a Portugália editou as suas *obras completas*; em 1973 a Inova incluiu, numa obra conjunta de Egito Gonçalves, Papiniano Carlos e Veiga Leitão, intitulada *Sonhar a terra livre e insubmissa*, os seus mais recentes trabalhos, à mistura com outros mais antigos e conhecidos.

Da poesia de Veiga Leitão diz Jorge de Sena: «Na sua simplicidade ingénua e forte, que transcende todo o literatismo apaixonado em que muito neo-realismo se perdeu, é do melhor e mais válido que essa poesia tem produzido entre nós.»

### «DURO OFÍCIO O EXÍLIO»

Exílio é navio:  
casco sobre o cais rastro seco  
âncora cordame escuma e vento  
não levantam ferro

— o mar empedrou

Exílio é remorso:  
Ah! se eu partir um dia  
decerto não volto mais  
a saudade não se cria  
com pedras e pinhais

— remorso que remoe

Exílio é vegetal:  
raiz arrancada à raiz do fundo  
pesa-lhe a fundura que ficou

— range a sombra ao rés de saibro

Exílio é palavra:  
outras, barro compõe máscaras  
da alma cobrem seu couro nu  
cosidas passam entre os dentes  
— Exílio apenas osso cru

### A CAMARADA DE SEMPRE

Fora, na vida tumultuária,  
Foste uma doce e boa companhia;  
mas aqui, muito mais, Poesia,  
foste necessária.

Quando o meu corpo, ali, desembarcou,  
perdi a rua, a gente, o mar, o sol  
e aquele «mais» que por lá ficou  
sem conta, nem rol:

Uns trapos de sol-pôr.  
Umhas palavras que sabem bem.  
Uns braços — braços que o meu pudor  
não mostra a ninguém.

Cheguei nu. Tantas voltas me deram,  
tantos raios contra minha calma,  
que a própria camisa da alma  
rota negra ma puseram.

Ouvi passos. (Estava quebrado e mudo)  
Como enfermeira não chegaste,  
mas como irmã, flor, ave, talvez tudo  
e nunca mais me abandonaste.

E disseste, no fundo, dentro em mim:  
Vou tirar-te essas nódoas que consomem  
porque bem vêes, uma alma assim  
nem parece dum homem.

E secaste o meu suor  
com teu lenço de enxugar.  
E como se fora um peixe do mar,  
tiraste espinhas à minha dor.

Bruniste minha máscara trigueira  
que a dor, às vezes, tornou grotesca.  
E tiveste, sempre, à minha beira  
um copo de água fresca.

Longas como velas de estearina  
tuas mãos lúcidas e pontudas,  
deram-me hóstias de morfina  
para as minhas dores agudas.

Pela tua mão a minha alcança  
funduras onde nada se perde.  
E caiaste meus muros de verde  
que é a cor da Esperança.

Ah! como a tua mão me levanta!  
Nos teus braços puros como o sal,  
a minha voz, bem ou mal,  
é sempre um pássaro que canta.

# ÉVORA

## primeiro passo na democratização da cultura

A libertação de um povo não se fará nunca sem o seu desenvolvimento cultural. Partindo deste princípio, e constatando que em Portugal a actividade artística se tem limitado praticamente ao círculo fechado da capital (e do capital), decidiu a Direcção-Geral da Cultura Popular criar em várias regiões do país centros culturais que se propõem lançar as bases duma verdadeira democratização da cultura.

É dentro dessa programação que surg o Centro Cultural de Évora, dirigindo a sua actividade não para as camadas intelectuais, mas sobretudo para as massas populares mais despolitizadas, despertando-as para as realidades do momento. Trata-se sobretudo de criar no público da região um interesse pelas manifestações artísticas, de levar as pessoas a tomar contacto com um certo número de formas de arte (teatro, música, pintura), e de, a partir delas, motivar a discussão.

O centro inaugurou as suas actividades com a peça «28 de Setembro» que foi recebida com grande entusiasmo. Até porque o próprio tema da peça é o avanço das forças democráticas. A população habituou-se a ir aos ensaios, abertos a todos, mas para onde eram encaminhados de preferência os professores, porque é sobre as crianças que estão agora a fazer a escola primária e o ciclo preparatório que interessa desenvolver uma acção de formação estética e de consciencialização.

### O trabalho de animação

«Nós somos uma equipa de actores profissionais, mas isso não significa que a nossa acção se faça unicamente através da actividade teatral», diz-nos Mário Barradas, director do Centro Cultural de Évora. «A actividade fundamental deste Centro situa-se num amplo trabalho de animação junto das colectividades locais, sociedades recreativas, escolas e sobretudo junto de grupos de teatro amador, procurando apoiá-los e incentivá-los. Nesse sentido temos já desenvolvido muitos contactos; quando para cá viemos sabíamos



Mário Barradas, director do Centro Cultural de Évora: «...É sobretudo para um trabalho de animação que importa orientar a nossa actividade»

que havia quatro grupos de teatro amador. Agora já há quinze em todo o distrito, o que nos dá uma visão muito optimista, pelo menos no que se refere a quantidade, do que poderá vir a ser o panorama do teatro português».

O trabalho de animação cultural, dirigido por Teresa Mota, estendeu-se também às escolas, processando-se em três fases: primeiro, os animadores foram às escolas e debateram o tema da peça com as crianças, que depois, sob a orientação dos seus professores, elaboraram textos e desenhos sobre o acontecimento político do 28 de Setembro. Em seguida as crianças foram ao teatro ver a peça e desta vez elas fizeram desenhos, não sobre o 28 de Setembro como acontecimento político, mas sobre o próprio espectáculo que viram. Numa terceira fase, os animadores vão às escolas e trabalham com as crianças na criação de espectáculos.

Este trabalho é muito importante, pois toda esta acção procura motivar o desenvolvimento da criatividade da criança, despertando-lhe um sentido crítico e libertando-a da atmosfera ríspida e asfíxiante da escola tradicional.

Por outro lado, procura-se também criar nos alunos o gosto pelo teatro. Neste sentido, e em colaboração com o Dr. Bizarro, director da Escola do Magistério, foi criado um grupo de alunas-mestras com o qual o Centro cultural está a desenvolver um plano de trabalho que prevê a criação de novas disciplinas como, por exemplo, o jogo dramático para crianças.

### Mas não só a cidade...

A acção do Centro não se limita à cidade onde está instalado. É antes um ponto de difusão que se estende às aldeias e vilas da região, quer pelo trabalho com os grupos amadores, quer

pela realização de espectáculos, que são sempre seguidos de debates.

Embora interrompida pela apresentação do grupo «Verioivka», com danças e coros da República Soviética da Ucrânia, a vida do «28 de Setembro» não acabou ainda. Em Évora estão programados uma série de espectáculos para os sindicatos e em seguida a peça será exibida em todas as cabeças de concelho de distrito. Cinco desses espectáculos vão ser representados em Casas do Povo, de colaboração com a F.N.A.T e os outros serão integrados na campanha de dinamização cultural do distrito de Évora com pontes lançadas para Portalegre e Beja.

### A próxima peça

«O soldado raso», de Luis Valdez, é a próxima peça a ser apresentada pelo Centro Cultural. Trata-se duma peça do teatro campesino do Novo México, um teatro de combate, cujo texto foi adaptado à situação portuguesa da guerra no ultramar (o original é sobre a guerra no Vietnam), e que poderá levar as pessoas a reflectir sobre a guerra colonial, não só a nossa, aquela em que o João vai morrer a Moçambique, mas também a compreenderem porque é que outros homens morrem, por exemplo, no Camboja. O próprio processo de descolonização, que esteve na origem da formação do MFA, é ainda um facto obscuro e mal aceite por certas camadas da população totalmente despolitizadas por culpa do fascismo.

A escolha desta peça reflecte portanto uma preocupação de abordar os problemas fundamentais da vida portuguesa. Começou-se pelo 28 de Setembro, agora trata-se o problema da descolonização. A seguir será focado o tema dos monopólios.



Ensaio do grupo de coros e danças da República Soviética da Ucrânia

# Pintura Colectiva

No dia 10 de Junho último, 48 pintores, tantos quantos os anos que vivemos sob o fascismo, reuniram-se em Lisboa, no recinto do Mercado da Primavera e no anexo do edifício da Galeria Nacional de Arte Moderna, para realizarem um painel colectivo comemorativo dessa data e da libertação de povo português.

A esses 48 pintores juntaram-se milhares de pessoas, bem como alguns actores e, até, os coros de Lopes Graça, tendo esse encontro espontâneo resultado numa autêntica festa artística e popular.

## 108 m<sup>2</sup> em liberdade

O painel destinava-se a cobrir uma área de 108 metros quadrados e cada

e o painel dos populares

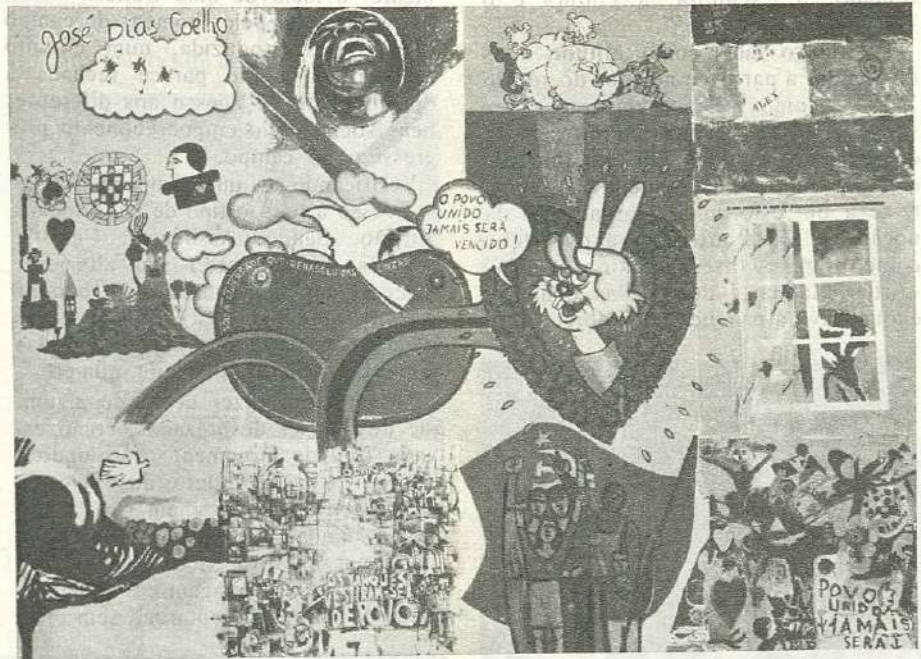
pintor, depois de terem delimitado o espaço que lhe pertencia, empoleirou-se nos andaimes e pintou, no seu metro e meio, quadrado o modo como sentiu o 25 de Abril.

Claro que o painel, onde cada um dos artistas pintou o que quis, é uma espécie de colagem, quer dizer, uma série de quadros colados uns aos outros. Mas a experiência de trabalho colectivo que representa é muito importante; e, o facto de ter agrupado para uma mesma obra, que é sobretudo um testemunho, 48 artistas tão diferentes uns dos outros é já, de algum modo,

uma vitória do espírito de reunião de que muito depende o sucesso democrático no nosso país.

A opinião dos — repetimos — milhares de pessoas que assistiram mas também participaram nessa manifestação de liberdade criadora, é a de que «foi uma experiência extraordinária interessante para o nosso país. Nota-se, realmente, a falta de um certo conjunto no trabalho mas há que ter em conta que são quarenta e oito artistas das mais diversas tendências, facto que, por si só, justifica a diversidade do painel; mas é melhor isso do que ver,

O painel dos artistas...



como acontecia até há pouco, os artistas isolados e impedidos de trabalhar colectivamente.»

## Participação popular

Dissemos que houve grande participação popular e é verdade. Para além da confraternização, as pessoas que acorreram ao recinto do Mercado da Primavera estabeleceram um diálogo com os artistas e chegaram mesmo pegando um pincel aqui, um tubo de tinta acolá, a criar elas próprias um outro painel, esse então totalmente improvisado, no muro em frente.

Por outro lado, um grupo de estudantes da Escola de Belas-Artes pintou vários azulejos que, reunidos, formam como que um mosaico; e alguns escultores realizaram uma escultura feita com os tubos metálicos que sobram da construção dos andaimes.

As próprias crianças presentes colaboraram também, dando largas à sua imaginação.

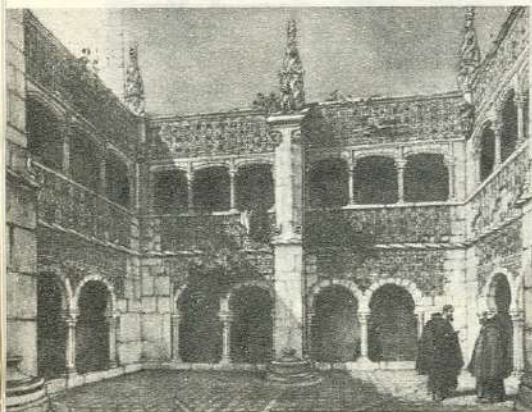
Pela primeira vez a criação artística surgiu da reunião dos pintores com espírito colectivo e popular.



# 1 - Cultura

Aquilo que pode ser entendido como Cultura tem sido ao longo dos dois últimos séculos afectado por explicações e ideias algo diferentes umas das outras, contudo, visando sempre a tentativa de se delimitar e explicar o modo como o homem age sobre o mundo. Tem-se assistido, deste modo, por um lado à permanência da ideia de que a cultura é uma forma acabada e sublime que tem por expressões únicas, as chamadas Artes Superiores como o serão... a Arquitectura, a Música, o Bailado, a Escultura, a Pintura e o Teatro.

Por outro lado, como atitude mais divulgada, a partir de meados do século XIX, e como reflexo das convulsões sociais que se verificaram no sentido de dar ao homem um estatuto de cidadão com direitos inalienáveis, assiste-se a um esforço de alargamento da noção de valor artístico, a qual teve como primeira fase, a valorização das «Artes Manuais» dentro das quais se enquadrava a produção dos objectos de



Claustro do Convento da Penha. — Sintra

uso comum e simples, como o prato e a cama, o garfo e a cadeira.

Este segundo movimento, que tende a valorizar os gestos simples e os objectos que são produto do labor do povo, esteve ligado à história do movimento revolucionário do operário, do inglês, de onde mais tarde vai sair o partido trabalhista.

A arte vê assim alargado o seu território de acção e intervenção, não através de um processo orgânico interno, mas através de uma alteração profunda, do conceito de homem, do seu labor, dos seus direitos, e assim de todo o produto da sua vida.

A expressão cultural da palavra Cultura ganha assim uma nova riqueza, pela valorização crescente de todo o labor humano, não dissipando, no entanto, todas as dúvidas que se possam

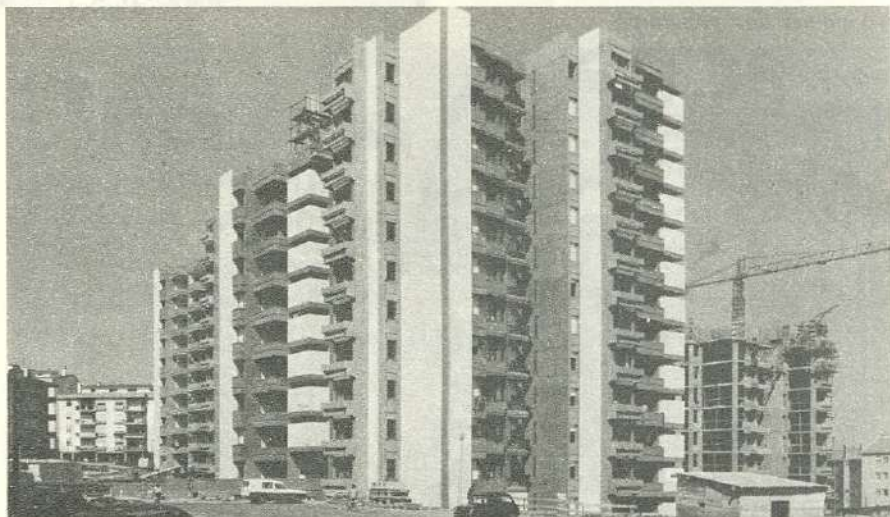
levantar quanto à observação e valorização dos diferentes produtos que aparecem como Obra da Cidade ou do Campo.

De facto a enorme diferença de acção cultural que acontece por vezes entre as diferentes áreas geográficas pode conduzir a que se valorize tudo quanto é originário da Cidade, fazendo-se a apologia cega do que é a chamada Cultura Urbana, como se esta estivesse ligada interiormente à ideia de progresso e a tudo quanto constitui a grande evolução do homem.

Faz-se derivar daqui, embora erradamente, a ideia de uma Cultura Rural, que seria feita pelos homens do campo e por eles produzida, num circuito fechado tal como parece fechada a oportunidade de acesso aos diferentes bens sociais pelo empobrecimento progressivo do campo.

Verificando-se, que as oportunidades de acesso a todo o tipo de bens sociais (Ensino, Saúde, Assistência, Cultura, Tempos Livres, etc.) são altamente descontínuas nos países de economia estritamente liberal, acentuando-se (as maiores) que é para a Cidade que elas convergem em muito maior número.

Não querera dizer de modo algum, que devam ser desprezados, como estando fora do movimento do mundo e do progresso, os produtos das regiões a que se convencionou chamar a Província, e ainda menos que se devam abandonar as formas, o entendimento dos espaços, a linguagem e os comportamentos para se adoptarem, sem críti-



ca e reflexão, aqueles que a «Cidade» nos propõe.

Não sendo também admissível que se valorizem os produtos da dita Província, como algo de susceptível de entrar nos circuitos normais de produção e consumo que a Cidade tem e que são sempre mais de índole internacionalista, obrigando a valorizar aqueles, ou

através de «outros», ou errão, procurando essa valorização dentro de um quadro de boa consciência cuja caracterização será a ideia de Folclore.

Esta ideia é ainda um prolongamento burguês do século passado e surge cada vez que se pretende enquadrar o produto do labor das áreas regionais afastadas dos centros urbanos, mais potentes economicamente, o qual até à pouco tempo foi acima de tudo caracterizado, pelo canto (que apenas necessita como base de produção a garganta e as cordas vocais) pelos objectos em madeira ou em barro (dado que são materiais que apenas supõem a mão como prolongamento da alma), e pela expressão arquitectónica que é constituída pelas diferentes formas das casas produzidas com a ajuda dos diferentes materiais naturais das regiões em que se vive.

É o paternalismo que caracteriza a civilização do Ocidente, que, sendo incapaz de reconhecer o homem em toda a sua plenitude, vai, através de classificações mais ou menos artificiais, tentar estabelecer uma hierarquia, para os diferentes produtos do homem, para os diferentes produtos da cultura. Cristalizando em ideias de Cultura dita Inferior os produtos da Cidade, elaborados por classes sócio-profissionais a que se chamam artistas, e em ideias de Cultura dita Inferior (folclore, artesanato etc.) que é produto do labor mental, oral e manual do homem que está afastado dos circuitos normais de informação que são muito mais bem organizados e acessíveis na cidade.

Esta oposição entre «Culturas», é artificial, como se vê deriva do acesso ao conhecimento, que é maior nos centros urbanos que nas áreas rurais, nada tendo a ver com a aptidão humana ser maior ou menor, consoante a posição geográfica que o homem ocupa no espaço geral do país.

TOMAZ TAVEIRA



# A revolução e a contra-revolução em Portugal

Penso que o mais importante neste momento é referirmo-nos, não aos feitos triunfais da História dos portugueses mas contar, mais particularmente, a História que começa depois da revolução liberal de 1820. E não só a história dos factos, mas sobretudo a história social, que nunca foi feita, pois não interessava ao fascismo fazê-la; a história das instituições sociais, económicas, religiosas, políticas, etc., dando os quadros mais significativos que nos conduziram do século XIX até aos nossos dias. No fim de contas, a história da revolução e da contra-revolução em Portugal. Assim poderemos compreender melhor o nosso tempo e concluir se estamos de facto num período revolucionário, ou se esta nova revolução que estamos a viver não será muito parecida com outras revoluções que vivemos em outras épocas, que passaram rapidamente à contra-revolução, muitas vezes pela traição dos seus próprios dirigentes.

## Revolução e contra-revolução até 1820

A história da revolução e da contra-revolução poderia ser contada, por exemplo, a partir de 1383. Nessa altura, a morte de D. Fernando levantou o problema da nacionalidade e formaram-se dois partidos: um que praticamente queria entregar Portugal aos espanhóis, e o da burguesia portuguesa, que defendia a independência de Portugal. É essa revolução de 1383 que, com o triunfo deste último partido, instaura o Mestre de Avis como rei de Portugal, com o nome de D. João I.

A contra-revolução surge com a derrota de D. Pedro, em Alfarrobeira, o que significou a derrota das aspirações burguesas mais progressistas da época. Essa contra-revolução surge com os partidários de D. Afonso V, o Africano. Quando ele sobe ao poder, Portugal entra na sua fase de expansão em África. Só que havia uma grande diferença entre a colonização de D. Afonso V e a que D. Pedro preconizava. Com efeito, enquanto D. Pedro procurava uma colonização interna, através do povoamento, D. Afonso V entregava as terras a capitães-mores e a senhores feudais, concedendo-lhes todos os privilégios.

Isto é um exemplo de contra-

revolução verificada pouco tempo depois da revolução de 1383-85, mas se nós nos situarmos em tempos mais próximos, por exemplo no tempo do marquês de Pombal, verificamos que o seu discutido governo é, para a época, um governo progressista; mas após a morte de D. José, e com a subida ao trono de D. Maria, é evidente que a contra-revolução se instala de novo em Portugal. Essa época é conhecida pela «viradeira», quer dizer, todas as instituições que o marquês de Pombal tinha introduzido, e que para a época eram progressistas, são praticamente removidas; é a contra-revolução, com Pina Manique, que é um chefe da polícia, um reaccionário, um homem que não permite a difusão das ideias francesas



REVOLUÇÃO: Freire de Andrade.

em Portugal, o que conseguiu, até surgirem as invasões francesas.

Mas o problema da revolução e da contra-revolução continua. A história portuguesa, se for bem examinada, é toda ela uma história permanente de revoluções e contra-revoluções; o que se verifica novamente com as invasões francesas. Os liberais e democratas portugueses viram-nas como uma ajuda do exército francês às ideias liberais, mas no entanto não foi isso que se passou. O exército francês era na verdade um exército contraditório; trazia consigo as ideias liberais francesas, mas por outro lado era o fruto de uma exploração mundial exercida pela França em todos os territórios; era portanto a burguesia francesa, que nessa altura procurava colonizar os outros países, entre os quais Portugal. Nós reagimos, e os ingleses ajudaram-nos, mas afinal para se instalarem aqui e imporem a ditadura de Beresford, em 1817. Temos então novamente um sintoma de revo-

lução, que é a da conspiração do general Gomes Freire de Andrade e de todos os homens que, como se sabe, foram mortos no Campo dos Mártires da Pátria.

## Liberalismo e absolutismo

A revolução de 1820 instaurou o liberalismo no País, através da burguesia do Porto e com a ajuda do exército. Foi uma revolução sem sangue, muito próxima da que hoje ocorre: mas que, por não se ter instalado devidamente no povo, sofreu imediatamente o impacto das forças miguelistas, e o absolutismo em breve estava instalado em Portugal. Com D. Miguel é a contra-



Almeida Garrett...

revolução. Como vamos nós lutar contra os absolutistas? Procurando no exterior um exército, que vai ser instalado em Inglaterra, e que, chefiado por D. Pedro IV, invade Portugal. Estamos de novo com a revolução em Portugal, e com a vitória das forças liberais em 1834. Mas 1834 é já uma revolução comprometida, e de tal maneira comprometida que os democratas portugueses são obrigados, em 1836, a fazer uma nova revolução. É uma revolução contra-revolucionária, que nessa altura já se media com bastante força na maneira como o legado de D. Pedro estava a ser governado: o país estava a caminhar para instituições reaccionárias; os problemas fundamentais não estavam a ser resolvidos, designadamente a instrução pública.

A revolução de 1836 é uma revolução que procura a instauração da democracia, e se atendermos às medidas que em 1836 vem trazer, verificamos que dizem fundamentalmente respeito à ins-

trução: são as grandes reformas da revolução conhecida pelo Setembrismo, chefiada por Passos Manuel. Pretendia-se remover as antigas instituições reacçãoárias, uma das quais era a escola. Essas reformas foram infelizmente boicotadas pelos Cartistas, que representavam a contra-revolução e que foram minando a revolução de Setembro. É nesta época que surge o nome de Maria da Fonte, ligado ao movimento popular que começou a desenvolver-se no Norte e que se estendeu a todo o País, pretendendo regressar à pureza da revolução de 1836, à instalação do Setembrismo em Portugal. A revolução de 1836 recuou e comprometeu-se com as direitas, através do Cartismo. O povo foi desarmado e fez-se uma proclamação, depois de um acordo com os Ingleses e os Espanhóis, o que foi uma



CONTRA REVOLUÇÃO:  
*Pina Manique.*

traição, pois nessa altura o povo em armas podia ter defendido a liberdade, mesmo com as invasões, porque um povo em armas é dificilmente vencido.

O absolutismo reacçãoário tinha sido vencido em 1834, na guerra civil, mas tal como hoje, as forças autoritaristas e reacçãoárias mantiveram-se intactas; a burguesia, em vez de se apoderar das grandes fontes das forças produtivas nacionais, faz um pacto com o absolutismo, com os seus terratenentes e com grande parte da nobreza reacçãoária, através de casamentos, e não leva às máximas consequências as possibilidades que o capitalismo comercial nessa altura propunha a Portugal. Daí que Portugal não tenha chegado no século XIX ao máximo das consequências capitalistas que se verificaram, por exemplo, na França na Inglaterra ou mesmo na Itália.

#### Liberalismo e democracia

Tirando o período cabralista ditatorial, não se pode dizer que Portugal não fosse um país com liberdades; o proble-

ma é que nessa altura não havia uma aristocracia nem uma burguesia capaz de o governar, não havia portanto uma elite capaz de conduzir um plano económico e social; por outro lado a população era totalmente analfabeta, apesar dos gritos de quase todos os românticos para se desenvolver uma campanha de esclarecimento público que dinamizasse as massas através da escola e das instituições escolares. Mas nessa altura as escolas eram raríssimas; em 1890 Portugal tinha 90% de analfabetos, o que dá uma ideia bastante clara da impossibilidade que este povo tinha de participar activamente nas coisas. As instituições eram feitas basicamente pela burguesia e não pelo povo, não havia um controlo político da situação e, do ponto de vista político e social, Portugal atrasa-se em relação aos outros países. Em França com a Comuna, na Alemanha, com a revolução democrática, viveram-se lutas sociais intensas, em que o povo participou activamente de uma forma muito profunda; mas em Portugal, enquanto o povo foi formado por analfabetos, por classes trabalhadoras profundamente miseráveis, não pode tomar consciência política dos seus problemas básicos nem pode participar activamente; pois não tem condições mentais. Numa revolução autêntica há que fazer uma reforma da mentalidade e, neste momento, ou a revolução actual toma conta desse problema e pensa a sério numa escola, ou então está perdida de todo. E nesse caso não será mais que um novo Setembrismo, que poderá desembocar noutra Cabralismo.

#### Liberdade e ditadura

Costa Cabral fez um golpe no Porto com a ajuda dos militares, instala-se no poder através de eleições controladas pelo Governo, e nele se mantém através de burlas eleitorais sucessivas. A burguesia progressista e as camadas populares mais activas, designadamente os arsenalistas, os tipógrafos e outras classes sociais que na altura tinham uma grande importância, não se conformaram de modo nenhum com a situação, e sabemos que escritores como Garrett reagem imediatamente contra o Cabralismo e contra todas as leis que nessa altura foram introduzidas em Portugal, entre as quais a lei da censura também chamada «lei das rolhas». Procurou-se reagir de várias maneiras e mais uma vez a revolução não surge na sua pureza, quer dizer, a revolução de 46-47, que podia ter sido uma grande revolução, não foi. Após o Cabralismo verificou-se não o triunfo de uma nova revolução, mas o triunfo daquilo a que se chama Regeneração, que é um regime comprometido. É certo que a

designação «regenerar Portugal» é desde há muito tempo uma espécie de slogan dos democratas portugueses, mas os governos da regeneração não são de forma nenhuma governos democráticos, mas governos liberalistas; e esse liberalismo é de tal forma reacçãoário que vai sofrer uma das mais violentas críticas que se conhece na língua portuguesa, que é toda a obra de Eça de Queirós. O liberalismo é uma ideologia que serve as classes burguesas que estão instaladas no poder à volta dos seus privilégios; o democrata é aquele que procura trazer para o povo aquilo a que ele tem direito, que procura a promoção social do povo, desde a liquidação do analfabetismo até ao aumento de salários, à intervenção activa na produção nacional e às formas de gestão que nessa altura estavam estudadas. É nesta altura (1871) que surge o Partido Socialista.

A regeneração surge, portanto, como uma necessidade de liquidar o Cabralismo, mas evitando o campo revolucionário, evitando o Setembrismo e a Patuleia de 46-47. Tratava-se de instaurar um regime de dois partidos, de forma a que o partido no poder fosse aquele que realmente organizava a política da oposição. É por isso que em breve vemos instaurado em Portugal um Parlamento em que os dois partidos têm praticamente o mesmo programa, o que é uma forma extremamente hábil de enganar as massas e de não fazer as reformas fundamentais.

#### República e fascismo

É evidente que esta intrujice política é denunciada, principalmente pelos intelectuais da geração de 70, que estão contra a Regeneração. É nesta altura que surge a chamada «questão coimbrã» que opõe os intelectuais progressistas aos intelectuais reacçãoários. Estes últimos eram comandados em Lisboa por Castilho, nessa altura já completamente domesticado, enquanto a geração mais jovem era dirigida em Coimbra por Antero de Quental e Teófilo Braga. Esta polémica literária, ideológica e política reflecte toda a inquietação que vai nascendo durante os últimos 30 anos do século XIX e que é praticamente uma tentativa de instaurar a revolução em Portugal. Mas é um socialismo utópico, o socialismo português é claramente utópico desde 1850, e nunca consegue deixar de ser a expressão duma minoria. E tanto assim é que quem vai mais uma vez tomar conta das facções mais activas da política portuguesa é precisamente o partido republicano. E a república de 1910 é novamente uma ilusão da sociedade portuguesa. Quer dizer, não é uma democracia de esquerda mas sim uma democracia de direita que vence:

(Cont. na pág. 32)

# O que sabemos nós dos nossos problemas?

A discussão dos problemas do nosso país e da sociedade em que vivemos foi durante a longa noite fascista, evitada e impedida, pelas mais diversas formas, inclusive pela acção policial.

A consequência de toda esta acção negativa e repressiva provocou um desinteresse quase total pelo conhecimento da situação real das nossas populações e do país, em todos os domínios — saúde e assistência, alimentação, habitação, vias de comunicação, escolarização, preparação técnica, etc...

Se nas cidades algumas tentativas se fizeram para alterar esta situação, na província tal acção apresentava-se muito mais difícil pelo predomínio das classes proprietárias e conservadoras, sempre opostas às iniciativas colectivas, as quais podiam vir a ameaçar as suas regalias.

## O que sabemos de nós próprios?

Quantos de entre os portugueses poderão, por exemplo, responder às seguintes questões:

- Quantos médicos por habitante há em Portugal? E quantos devia haver? E dos que há, quantos estão na província e quantos estão na cidade? E porque é assim?
- Quantas horas de trabalho de um operário ou de um agricultor são precisas para ele ganhar o suficiente para pagar uma consulta a um especialista? E para pagar uma operação? E qual é a forma justa de resolver estes problemas?
- Qual o número de casas que seria necessário construir, por ano, no País para deixar de haver gente a viver em barracas? Quantos milhares de contos, ou milhões, seriam precisos? O que será preferível, fazer mais casas nas cidades ou criar mais empregos na província?
- Qual deveria ser a alimentação vulgar das pessoas para evitar as doenças e permitir trabalhar em boas condições? O que costuma comer um algarvio, ou um minhoto, ou um alentejano?
- Quantas aldeias no seu distrito não têm estrada por onde possa passar uma camioneta para aí ir buscar as batatas, legumes e outros produtos e assim poderem ser vendidos? E quanto custaria fazê-las?
- Quantos analfabetos existem? E quantos lêem um jornal? E quantos deveriam ter estudado para, com conhecimento das técnicas modernas, poderem, nas vilas e aldeias do País, aplicar as melhores culturas, uma boa organização, ensinar a usar máquinas que ajudam os homens a produzir mais e melhor, etc...?

Enfim, toda uma quantidade de problemas em que nunca se quis que os homens da nossa terra pensassem. Em vez disso eram entretidos com outras coisas...

## O que vamos fazer?

É chegada a hora de se modificarem as coisas.

AGORA já não se pensa que basta um grupo de senhores sentados nos seus gabinetes em Lisboa para terem conhecimento de todos os problemas da nossa terra e para os quais só por serem «doutores» encontrarão sempre a melhor solução, mesmo sem conhecerem ao vivo o que nesses lugares se passa. Pelo contrário pensa-se que só com a participação de todos será possível caminhar no sentido das melhores e mais justas soluções dos nossos problemas.

Nunca ninguém, contudo, nasceu ensinados. Todos sabemos que, aqueles que não foram à escola e apesar de alguns serem comprovadamente inteligentes nos seus negócios, ainda assim não conseguem ler nem sequer um jornal. E porquê? Será que aprender a ler é tão difícil? Não é, e prova disso é que os filhos desses homens, que foram à escola, aprenderam a ler. Mas para se saber alguma coisa é preciso praticar e quanto aos nossos problemas o que nos falta é a prática de pensarmos, por nós próprios, nas suas soluções.

Assim, para resolver ou ajudar a resolver os problemas que existem em todas as aldeias, vilas e cidades da nossa terra, é também preciso aprender. E este aprender é exactamente fazer aquilo que antigamente se proibia — ler mais e procurar saber as respostas às perguntas que atrás indicamos; discutir com os amigos e conhecidos estes assuntos; perguntar tudo o que

não soubermos, pois perguntar para saber é uma honra; vergonha é não querer saber.

Da discussão nasce a luz — é um ditado popular que, mais do que nunca, é agora preciso aplicar. Porém há que não confundir discussão com teimosia. Há sim que provar aos outros a razão das nossas afirmações e aceitar as dos outros sempre que eles as possam provar.

Em matéria económica, como em todas, será preciso neste momento «remarmos juntos na mesma direcção» para conseguirmos «levar o barco a bom porto».

Há muitas medidas que o Governo Provisório tem tomado, e há-de tomar, que são até certo ponto impopulares e deixam as pessoas preocupadas por não perceberem as razões dessas medidas. Se algumas leis são discutíveis — errar é próprio do homem e o Governo é feito de homens — outras há que não podiam deixar de ser tomadas. Mas para podermos criticar com justiça e construtivamente, e sugerir outras soluções, é preciso termos conhecimento dos factos e pensarmos com atenção neles.

Nesta página teremos quinzenalmente uma conversa sobre ECONOMIA. Desejamos que seja efectivamente uma conversa com o leitor e para isso é com o leitor que contamos. De vós esperamos interesse e vontade de esclarecer as vossas dúvidas. Escrevam-nos e nós procuraremos a melhor resposta, sugiram-nos coisas e nós tentaremos dar-lhes seguimento.

Além de dedicarmos uma parte do nosso espaço aos esclarecimentos que os leitores nos venham a pedir, em cada um dos futuros números desta revista procuraremos levar até vós algumas ideias sobre os seguintes temas:

- Divulgação de conceitos económicos, tais como o que é Rendimento Nacional, Mais Valia do trabalho, Orçamento do Estado, etc.
- Dados concretos da economia nacional e comparação com outros países.
- Acontecimentos da actualidade económica nacional e internacional.
- Factos da história económica portuguesa.

Sugerirá algum leitor outros assuntos a tratar? É para vós, leitores que o **CORREIO DO POVO** existe. Por essa razão insistimos nas vossas sugestões.

Até ao próximo número, onde, depois desta introdução de hoje passaremos a ser mais «económicos».

JOSÉ GUIMARÃES

# AÇORES

## nove picos tranquilos no oceano

O arquipélago dos Açores — nove ilhas perdidas no Atlântico — deve ter sido, em tempos idos, uma cadeia de vulcões de que hoje apenas aparecem os nove picos.

A primeira das ilhas, para quem vem do continente europeu, é a de Santa Maria, com os seus 100 quilómetros quadrados e perto de 14 000 habitantes. Tudo nessa massa calcária é contraste: mesmo os aviões modernos que pousam no aeroporto sobrevoam velhos moinhos, carreiros, praias e enseadas desertas abrigadas dos ventos. A bela baía de S. Lourenço é, para quem chega de barco, um espectáculo de rara beleza. Igrejas, velhas moradias dos séculos XVII e XVIII, aldeias minúsculas nas encostas encaixam-se naturalmente na terra ocre. Segue-se-lhe, São Miguel, a maior de todas, a mais importante também sob o ponto de vista económico. Com uns 750 km<sup>2</sup> de superfície alberga só por si mais de metade da população total do arquipélago — que é de uns 350 000 habitantes. A capital, Ponta Delgada, é porto activo onde escalam cargueiros na rota do ananás, do chá e dos lacticínios. Igrejas, mosteiros, parques e jardim que é a própria ilha. No alto, e distribuídas de leste a oeste, as célebres lagoas, ou «caldeiras», das Sete Cidades, do Fogo e das Furnas — em perpétua fervura que nada devem às dos conhecidos vulcões Stromboli ou Vesúvio.

São Miguel é a ilha dos múltiplos e matizados verdes, debaixo de um céu movediço de nuvens e um horizonte de lenda.

A terceira ilha, por isso ilha Terceira, antes chamada de Jesus Cristo, tem na sua capital — Angra do Heroísmo — o lugar mais carregado de história do arquipélago. A ocupação dos reis Filipenses, as batalhas navais das lutas liberais reflectem-se ainda hoje nas muralhas da Fortaleza de São João Baptista e na concha da Praia da Vitória. Terra marcada pela presença castelhana, nas ruas da velha Angra correm-se toiros à corda, enquanto estranhos templos de veneração do Espírito Santo (cuja origem parece ter tido início na Europa Central, no século XVI) são o ponto de encontro de procissões religiosas e profanas, onde se corre a varadas um

bezerro florido e carregado de fitas de muitas cores antes de abatê-lo e de a sua carne, ao mesmo tempo que um bolo festivo de «massa sovada», ser distribuída à gente pobre do lugar.

Da ilha Terceira avista-se a Graciosa, um vasto prado ondulante rico em pastagens, tal como a sua vizinha, São Jorge, que parece uma baleia ali ancorada há milhares de anos com as suas «fajãs», terras de cultivo à beira de água, os seus gados e as suas brumas.

O Faial e o Pico entreavistam-se lá ao longe. A cidade da Horta, que é capital da primeira destas ilhas foi em tempos um porto de comércio florescente: por ali embarcavam tonéis com vinho do Pico que iam até à corte dos czares da Rússia, um palheto seco e rijo fácil de beber, mas traidor. O «pico» do Pico, com os seus 2351 metros de altura, é o ponto mais alto de terra portuguesa, e as suas encostas estão carregadas de formações de lava a que a gente da terra chama «mistérios».

Adiante, mais perdidas ainda no meio do mar, as ilhas das Flores e do Corvo são a proa cortada de um barco — os Açores — que aponta para as Américas. Talvez nunca se tenha posto nome mais acertado a uma terra do que à primeira destas ilhas, onde verdadeiras florestas de hortênsias perfumam o ar, abundantes quedas de água correm dos seus flancos e onde respirar não significa ainda engolir um ar cheio de impurezas. Ao cabo deste arquipélago, único e variegado, a pequena ilha do Corvo, terra de pescadores de baleia, onde a reduzida população (menos de 1000 almas) permite um estilo de vida que nos parece quase inacreditável — a troca directa de produtos, a ausência quase total de criminalidade, a falta das «facilidades» da civilização mas também a paz e a simplicidade nas relações humanas que toda a complicação do mundo moderno impedem quase completamente.

JOSÉ CARLOS GONZALEZ



Ilha de Santa Maria. Numa natureza vulcânica, uma povoação tipicamente portuguesa

# CRECHES

## 1-A mulher e o direito ao trabalho

As creches são hoje organizações cada vez mais necessárias, principalmente porque a mulher sente necessidade de trabalhar fora do lar.

São de ordem económica os motivos, que hoje, em Portugal, levam a maioria das mulheres a procurarem trabalho fora de casa. Com efeito, o salário que a mulher traz para o lar, é quase sempre indispensável para fazer face às necessidades, cada vez maiores, de todos os membros da família, ajudando a equilibrar o orçamento familiar.

Com o acesso à cultura, a mulher sente, cada vez mais, a necessidade de se realizar como ser humano, para além do ambiente restrito do seu lar. Mesmo em Portugal, onde o acesso à cultura não tem sido fácil, já existe um grande grupo de mulheres que exige a sua participação activa na vida nacional.

Principalmente na cidade, o trabalho feminino encontrou grande procura, e originou assim maior consciencialização da mulher, quanto ao seu papel como cidadã.

Durante muito tempo a mulher foi inferiorizada, apontando-se como único caminho — a casa; e única razão de vida — o marido e os filhos. Todos conhecemos a situação penosa em que ficava esta mulher, quando enviuvava. Não era só o amparo económico que lhe faltava, mas ainda a tutela do marido. Ficava na mesma situação de desamparo que o órfão menor.

Esta situação injusta criava escravas infelizes e desperdiçava valores úteis à sociedade.

Na grande maioria dos casos, a mulher, entregue apenas aos cuidados domésticos, sente-se prisioneira, insatisfeita e tímida nas suas opiniões. O conhecimento que tem da sociedade é em grande parte indirecto e dependente do marido e até dos filhos.

A mulher nos nossos dias, mesmo em Portugal, já não pode ficar nesta situação. Com capacidades idênticas às do homem, a mulher quer ser sua companheira e não sua escrava ou sua filha.

Como companheiros, o homem e a mulher, valorizam o lar e reforçam a segurança dos filhos, já que a criança pode sempre contar com a maturidade social da mãe.

Desejando colaborar mais activamente na construção da sociedade, a mulher tem todo o direito a ser ajudada, principalmente quando é mãe e procura proteger o seu filho.

### Creches: legislação

Há pois que evitar que a criança sofra com a ausência da mãe, quando esta vai prestar o seu contributo à sociedade. Não é justo nem necessário que tal aconteça. Para resolver esta injustiça e evitar as consequências que ela traz para a criança, basta que se conheçam as necessidades da mãe e do filho, e se tomem medidas justas e eficientes, sem falsos proteccionismos. Com este objectivo tem sido criada legislação adequada em todos os países, legislação essa que depende muito do regime político e social dos mesmos.

Para termos uma ideia do tratamento desigual que as sociedades dão a este problema, diremos que, entre nós, a funcionária pública apenas tem direito a um mês de férias após o parto, enquanto que alguns países (Cuba) conferem à mulher o direito a quatro meses de férias pelo nascimento do seu filho. A nossa legislação mostra bem o abandono a que tem sido votada a assistência materno-infantil em Portugal.

Mas, ainda que protegida por legislação adequada, a mulher trabalhadora, mais cedo ou mais tarde, necessitará de colaboração na assistência a prestar a seu filho, quando regressar ao trabalho.

Não podemos encontrar uma solução válida para este problema, se não conhecermos as necessidades da criança na primeira infância.

Até atingir um ano, principalmente nos primeiros seis meses, a criança, de um modo geral, encontra no meio familiar o ambiente mais favorável ao seu desenvolvimento. No lar, entregue aos cuidados da mãe, ela está mais protegida dos contactos exteriores e portanto menos sujeita a infecções. Nos primeiros meses de vida o organismo da criança não está ainda «amadurecido» e também não está preparado para «fabricar» as defesas contra os germes causadores de doenças, que mais tarde virá a criar. As infecções, nos bebés, encontram assim maiores possibilidades de se instalarem e vir a constituir grande perigo para a vida.

É pois indispensável que o ambiente, onde a mãe vai deixar o seu bebé, não esteja contaminado. É necessário que o pessoal que assiste à criança seja vigiado pelo médico. Em suma, é indispensável que exista uma vigilância médico-sanitária permanente.

A imaturidade que se verifica no organismo infantil, sobretudo nos pri-

meiros meses de vida, determina na criança uma passividade marcada. A sua sobrevivência depende do adulto que lhe leva o alimento, cuidados de higiene e protecção. Para além destes cuidados, a criança necessita ainda de ser ajudada no seu desenvolvimento motor e psíquico.

### Instinto maternal

Para esta tarefa, de ajuda à criança, a mãe é dotada de instinto, que muitas vezes supre a sua ignorância. O amor que sente pelo filho leva a mulher, mesmo quando ignorante, a manifestar-lhe ternura com gestos muito úteis ao seu desenvolvimento. As conversas, com repetição de palavras e sons, que a mãe tem com o seu filho desde os primeiros dias, os beijos e abraços, são exercícios que estabelecem os primeiros contactos da criança com o meio exterior, através da mãe. Quando a criança chora, a mãe aquece-o nos braços, fala-lhe, apazigua-a, criando-lhe segurança através do seu contacto. Sabe-se que esse contacto físico é indispensável para o equilíbrio do bebé, e não deve proibir-se à mãe a manifestação do seu impulso, ao crer dispensar-lhe este tipo de afecto. Foi sobretudo a escola de pediatria alemã que mais erros cometeu, ao impor normas rígidas de puericultura, que, muitas vezes contrárias aos impulsos instintivos da mãe, criaram conflitos nervosos nesta e no filho.

Ainda só por instinto, muitas vezes, a mãe tem um papel activo no desenvolvimento motor da criança. É ela quem o incita na descoberta do mundo exterior. Conduz a mão do filho até ao seu rosto, dá-lhe objectos para a mão, ensina-o a agitar a roca.

Mais tarde ajuda-o a manter-se de pé e a dar os primeiros passos, encoraja-o com palmas, beijos e manifestações de alegria, num autêntico jogo em que ambos participam.

Todo o progresso da criança é recebido com regozijo e premiado com o carinho da mãe. Com este tipo de estímulo, o desenvolvimento motor e psíquico da criança faz-se, a par e passo, com o nascimento de uma vida afectiva. Conhecendo as vantagens destes contactos, a mãe tudo fará para dar este tipo de assistência ao seu filho, aproveitando todas as oportunidades.

Este, e todos os tipos de cuidados que se devem prestar às crianças, têm de fazer parte dos conhecimentos do pessoal escolhido para assistir ao bebé. Só com conhecimentos, amor à criança e condições de trabalho se pode aceitar esta tarefa.

MARIA DE LURDES PIRES NEVES

## ENDO: por um desporto democrático e popular

O Encontro Nacional do Desporto, que se realiza em Lisboa, de 6 a 9 de Março, surgiu à Direcção-Geral como uma tarefa imediata e fundamental. «É preciso repensar as finalidades do desporto». «Repensar o desporto num país novo» diz o cartaz-anúncio do Encontro.

O objectivo primeiro do ENDO é, pois, estabelecer um diálogo em torno de uma nova definição de desporto e lançar as bases de uma acção conjunta de todos os organismos que devem intervir no processo de desenvolvimento desportivo do país, mobilizando e dinamizando todas as estruturas desportivas já existentes. O ENDO procura, por outro lado, definir a maneira como o desporto federado, competitivo e profissional deverá integrar-se no contexto mais vasto de uma prática desportiva ao serviço das populações.

### Porcentagem de praticantes das menores do Mundo

Alguns dados poderão dar uma visão mais correcta da realidade do desporto em Portugal:

A percentagem de praticantes é das menores do mundo, cerca de 0,05% da população, quer dizer uma em cada 2000 pessoas pratica desporto em Portugal. Quando a média nos países medianamente desenvolvidos é de 10 a 15%, quer dizer, de 100 a 150 pessoas em cada 1000. A evolução dessa percentagem, em Portugal, entre 1962 e 1973, em 11 anos, pois, foi de 0,01 para 0,05%, o que é extremamente insuficiente.

Se, no desporto escolar, se verificou um aumento dessa percentagem de 0,007, em 1962 para 0,03 em 1973, quer dizer, em 1962, só um estudante em mais de 20 000 pratica desporto! Em 1973, nós encontramos uma relação ainda muito insuficiente mas já da ordem de 1 para cerca de 3000.

O Director-Geral dos Desportos, prof. Melo de Carvalho, comentou este

### REPENSAR O DESPORTO NUM PAÍS NOVO

LISBOA 6a/9/3/75



ENDO

ENCONTRO NACIONAL DO DESPORTO

estado de coisas, começando por dizer que somos um dos países de menor longevidade desportiva, salientou o facto dessa evolução no desporto escolar ter reduzidas consequências na prática desportiva geral por não termos dado condições de continuar essa prática, por falta de instalações, após os estudos terminados. E acrescentou: «A utilização política do desporto revestiu aspectos extremamente graves dado que ela se radicou essencialmente como um meio que, em vez de estar ao serviço do homem e das populações, constituiu um meio de desvirtuar até a própria qualidade humana do praticante, como uma forma de embotar a capacidade crítica das populações».

O prof. Melo de Carvalho entende que «o desporto poderá constituir um meio, dentro do seu âmbito e sob a sua vocação própria, de correcção de alguns dos aspectos menos positivos que efectivamente caracterizam ainda hoje a sociedade portuguesa».

Da Direcção-Geral dos Desportos foram criadas comissões técnicas de desenvolvimento desportivo que apresentaram, justamente no ENDO, relatórios sobre diversas modalidades. Foi criado, por outro lado, um grupo especial para o estudo do desporto federado, cuja estrutura é considerada a mais antedemocrática possível. «Os grandes clubes sempre receberam mais apoios e subsídios que os pequenos», estando estes últimos muito mais próximos dos interesses desportivos das populações. O ENDO não deixará de analisar e tentar corrigir esta tendência, procurando fomentar um associativismo desportivo de base, única forma de democratizar a prática desportiva, informando e exigindo das classes dirigentes uma orientação nesse sentido.



**CULTURA POPULAR**  
é expressão do povo

«Não devia dizer-se «cultura popular» — começou por afirmar-nos o eng. Vasco Pinto Leite. «Cultura, já é, deve ser, popular, é a expressão do povo, expressão de uma comunidade. Qualquer tipo de cultura tem de ter esse cariz ou então não é significativa, é uma expressão sem sentido, deitada do povo. Não existe, pois, «cultura popular» como não existe «alta cultura». Existe cultura!»

CdP — Cultura que o povo inspira ou que o povo exprime?

VPL — A cultura, na medida em que transmite o modo de vida, os problemas de uma comunidade, as suas alegrias e ansiosos, que nos diga precisamente o que é essa comunidade através das suas formas de actividade, será sempre de inspiração e de expressão popular. No termo «cultura popular» eu vejo, porém, um aspecto positivo que é o de «sublinhar, desse modo, que a cultura deve ser popular, mesmo nas suas formas mais eruditas, deve ser representativa de um Povo, deve dizer o que é um país.

CdP — Quer dizer, a palavra popular, neste caso, serve para reforçar o sentido da palavra cultura?

VPL — Penso que sim. Por isso atribuo um certo mérito a esse termo, que chama a atenção para o assunto. Muita gente julga, aliás, que a cultura é um dom dos universitários, que os universitários têm o monopólio da actividade cultural. Essa é uma forma de ver as coisas totalmente ultrapassada. Qualquer comunidade pode dar-nos exemplos extraordinários de cultura, transmitindo-nos aquilo que é a sua forma de viver. É preciso ir lá, estudar essas formas, dá-las a conhecer, ajudando-as

# ENDO: por um desporto democrático e popular

O Encontro Nacional do Desporto, que se realiza em Lisboa, de 6 a 9 de Março, surgiu à Direcção-Geral como uma tarefa imediata e fundamental. «É preciso repensar as finalidades do desporto». «Repensar o desporto num país novo» diz o cartaz-anúncio do Encontro.

O objectivo primeiro do ENDO é, pois, estabelecer um diálogo em torno de uma nova definição de desporto e lançar as bases de uma acção conjugada de todos os organismos que devem intervir no processo de desenvolvimento desportivo do país, mobilizando e dinamizando todas as estruturas desportivas já existentes. O ENDO procura, por outro lado, definir a maneira como o desporto federado, competitivo e profissional deverá integrar-se no contexto mais vasto de uma prática desportiva ao serviço das populações.

## Percentagem de praticantes das menores do Mundo

Alguns dados poderão dar uma visão mais correcta das realidades do desporto em Portugal:

A percentagem de praticantes é das menores do mundo, cerca de 0,05% da população, quer dizer uma em cada 2000 pessoas pratica desporto em Portugal. Quando a média nos países medianamente desenvolvidos é de 10 a 15%, quer dizer, de 100 a 150 pessoas em cada 1000. A evolução dessa percentagem, em Portugal, entre 1962 e 1973, em 11 anos, pois, foi de 0,01 para 0,05%, o que é extremamente insuficiente.

Se, no desporto escolar, se verificou um aumento dessa percentagem de 0,007, em 1962 para 0,03 em 1973, quer dizer, em 1962, só um estudante em mais de 20 000 pratica desporto! Em 1973, nós encontramos uma relação ainda muito insuficiente mas já da ordem de 1 para cerca de 3000.

O Director-Geral dos Desportos, prof. Melo de Carvalho, comentou este

## REPENSAR O DESPORTO NUM PAÍS NOVO

LISBOA 6a9/3/75



ENDO

ENCONTRO NACIONAL DO DESPORTO

estado de coisas, começando por dizer que somos um dos países de menor longevidade desportiva, salientou o facto dessa evolução no desporto escolar ter reduzidas consequências na prática desportiva geral por não termos dado condições de continuar essa prática, por falta de instalações, após os estudos terminados. E acrescentou: «A utilização política do desporto revestiu aspectos extremamente graves dado que ela se radicou essencialmente como um meio que, em vez de estar ao serviço do homem e das populações, constituiu um meio de desvirtuar até a própria qualidade humana do praticante, como uma forma de embotar a capacidade crítica das populações».

O prof. Melo de Carvalho entende que «o desporto poderá constituir um meio, dentro do seu âmbito e sob a sua vocação própria, de correcção de alguns dos aspectos menos positivos que efectivamente caracterizam ainda hoje a sociedade portuguesa».

Da Direcção-Geral dos Desportos foram criadas comissões técnicas de desenvolvimento desportivo que apresentaram, justamente no ENDO, relatórios sobre diversas modalidades. Foi criado, por outro lado, um grupo especial para o estudo do desporto federado, cuja estrutura é considerada a mais antidemocrática possível. «Os grandes clubes sempre receberam mais apoios e subsídios que os pequenos», estando estes últimos muito mais próximos dos interesses desportivos das populações. O ENDO não deixará de analisar e tentar corrigir esta tendência, procurando fomentar um associativismo desportivo de base, única forma de democratizar a prática desportiva, informando e exigindo das classes dirigentes uma orientação nesse sentido.



**CULTURA  
POPULAR**

**é expressão  
do povo**



«Não devia dizer-se «cultura popular» — começou por afirmar-nos o eng. Vasco Pinto Leite. «Cultura, já é, deve ser, popular, é a expressão do povo, expressão de uma comunidade. Qualquer tipo de cultura tem de ter esse cariz ou então não é significativa, é uma expressão sem sentido, deligada do povo. Não existe, pois, «cultura popular» como não existe «alta cultura». Existe cultura!»

**CdP — Cultura que o povo inspira ou que o povo exprime?**

**VPL —** A cultura, na medida em que transmite o modo de vida, os problemas de uma comunidade, as suas alegrias e anseios, que nos diga precisamente o que é essa comunidade através das suas formas de actividade, será sempre de inspiração e de expressão popular. No termo «cultura popular» eu vejo, porém, um aspecto positivo que é o de sublinhar, desse modo, que a cultura deve ser popular, mesmo nas suas formas mais eruditas, deve ser representativa de um Povo, deve dizer o que é um país.

**CdP — Quer dizer, a palavra popular, neste caso, serve para reforçar o sentido da palavra cultura?**

**VPL —** Penso que sim. Por isso atribuo um certo mérito a esse termo, que chama a atenção para o assunto. Muita gente julga, aliás, que a cultura é um dom dos universitários, que os universitários têm o monopólio da actividade cultural. Essa é uma forma de ver as coisas totalmente ultrapassada. Qualquer comunidade pode dar-nos exemplos extraordinários de cultura, transmitindo-nos aquilo que é a sua forma de viver. É preciso ir lá, estudar essas formas, dá-las a conhecer, ajudando-as



a evoluir mas também a conservar a sua originalidade.

## ORGANIZAÇÃO DA DIRECÇÃO-GERAL

**CdP** — Como se organizou a Direcção-Geral da Cultura Popular e Espectáculos para realizar essa tarefa?

**VPL** — Em tempos ainda bem recentes...

**CdP** — Antes do 25 de Abril?

**VPL** — Antes do 25 de Abril, claro... Pois, dizia eu, havia uma Direcção-Geral nas estruturas do antigo regime e que funcionava, quanto a mim, por asfixia. Quer dizer: havia diversos departamentos governamentais que se ocupavam dos problemas da cultura, o que provocava uma grande dispersão de energias. Para além disso, a actividade cultural estava sobretudo ligada ao turismo, às realizações de fachada. Não se fazia uma promoção regional, não se descentralizavam as actividades culturais. Todo esse esquema teve de ser alterado. Tivemos de pensar em reorganizar tudo, em esboçar um plano no sentido de tornar esta Direcção-Geral um departamento dinâmico, vivo. A cultura só tem razão de ser se for o resultado de uma acção permanente, se for uma coisa viva. Não podíamos, pois, ficar meses à espera que tudo estivesse reorganizado para pôr em prática algumas das nossas idéias. Estamos num processo revolucionário em que cada minuto conta, independentemente de toda uma planificação que há que pôr em execução. Alguma coisa se fez já. E, para isso, muito contribui a campanha de Dinamização Cultural que está a ser levada a cabo pelo Movimento das Forças Armadas, em íntima colaboração connosco e com outros departamentos do Governo. Estamos a tentar que a descentralização cultural se realize no sentido de levar as populações das diversas regiões a intervir nesse processo, exprimindo as suas próprias formas culturais, dando nós o apoio que estiver ao nosso alcance, quer humano quer em material. Mas queremos que sejam elas próprias a exprimir-se, a organizar-se como entenderem, a intervir na actividade cultural local.

**CdP** — Não só promovendo a organização e expressão dessas formas culturais regionais mas também levando, sobretudo através da actividade da Comissão Dinamizadora, a cultura da capital a todo o país?

**VPL** — Não gosto muito dessa expressão «cultura da capital». Julgo que não há uma cultura da capital. A capital dispõe, de facto, de meios que deve pôr ao alcance das populações das

diferentes regiões para que estas últimas, assim apoiadas, humanamente e materialmente, possam promover, elas próprias, as suas actividades culturais. Só nesse sentido eu encaro como válida essa acção, até porque deslocar às regiões uma companhia de teatro ou um filme ou outra qualquer manifestação cultural, dar o espectáculo e regressar, em seguida, a Lisboa, tem, na minha opinião, muito pouco interesse. Consegue-se, quando muito, motivar meia dúzia de pessoas que, uma vez o espectáculo terminado, regressam a suas casas e tudo continua como dantes.

## DINAMIZAÇÃO CULTURAL

**CdP** — Dinamização cultural, pois...

**VPL** — Exactamente, dinamização cultural.

Vem, aliás, a propósito citar que foi recentemente inaugurado em Évora um Centro Cultural, criado por iniciativa desta Direcção-Geral, que está na calha, exactamente, desta orientação — promover a actividade cultural regional. É principalmente um Centro Dramático, com uma actividade teatral promovida por alguns encenadores e actores profissionais, que foram residir para Évora, onde ligaram a sua actividade à dos grupos amadores regionais, com apoio das Câmaras Municipais e a participação activa da população. Ressuscitou-se o Teatro Garcia de Resende, que estava positivamente sepultado num túmulo desde há vários anos — era um crime saber-se um Teatro com as condições daquele enterrado no esquecimento. Desenterrou-se, para o Centro, e não só para manifestações teatrais. Ali se fará cinema, se mostrará o trabalho de artistas plásticos, enfim, tudo o que eles entenderem.

**CdP** — Porquê em Évora o primeiro Centro Cultural?

**VPL** — Em Évora, por várias razões, entre elas por ser uma cidade do interior e por ser uma terra de grandes tradições culturais.

**CdP** — Essa decisão correspondeu a alguma iniciativa local?

**VPL** — Sim, muitas pessoas se interessaram nesse sentido, sobretudo o Presidente da Câmara, o arquitecto Bagulho, pessoa extremamente activa nesse domínio.

**CdP** — Pus-lhe essa pergunta porque me parece que a Direcção-Geral, para além das realizações de sua própria iniciativa, está disposta a responder o mais positivamente possível a todas as iniciativas exteriores.



**VPL** — Exactamente. O nosso critério é simples, não tem nada de original, aliás: entendemos não *dirigir* as actividades culturais regionais mas, acima de tudo, estimulá-las, apoiá-las, ouvir pessoas, as associações locais e responder a todas as suas solicitações, favorecendo, de acordo com uma determinada estratégia que permita eficiência e rapidez, a multiplicação desses Centros, na quantidade e na qualidade desejadas.

**CdP** — Para quando a inauguração de mais um desses Centros?

**VPL** — Estamos a tentar, neste momento, chegar a uma coordenação com os diferentes sectores governamentais responsáveis pela Cultura, como, por exemplo, o Ministério da Educação e Cultura e mesmo o Ministério do Trabalho, de quem depende a FNAT, tem grandes meios à sua disposição. Mas creio que o próximo Centro será em Viseu.

## BALANÇO E PROJECTOS

**CdP** — O Centro Cultural de Évora já faz parte do balanço das actividades da Direcção-Geral da Cultura Popular; Viseu, das perspectivas próximas. Poderá alongar-se um pouco mais sobre esse balanço e essas perspectivas, próximas e a mais longo prazo?

**VPL** — Estamos empenhados na reestruturação desta Direcção-Geral e vamos, entretanto, procurando criar delegações em cada distrito, que darão apoio às Associações culturais que



Deixamos aqui hoje a palavra para os de Lisboa e a palavra para a alibertação e em cooperação com as coisas. Todos provenientes de grupos políticos brasileiros, a quem Portugal livre deve a sobrevivência

procurem desenvolver-se. Esta actividade, associada à campanha de dinamização, vai permitir um melhor aproveitamento das possibilidades culturais de cada região. Aqui mesmo, nós vamos, também, reunir num organismo que compreenderá um certo número de pessoas que vêm lutando precisamente com dificuldades enormes mas que já obtiveram, mesmo assim, alguns óptimos resultados nos campos do cinema, do teatro, das artes plásticas, etc. Esse organismo vai funcionar aqui no Ministério e a sua missão será programar a nossa acção. Um outro aspecto muito importante da nossa actividade relacionar-se-á com a vida cultural dos emigrantes bem como de todas as comunidades de expressão lusitana espalhadas pelo Mundo.

É certo que, nestes últimos tempos, nós temos produzido muito pouco no plano cultural, e sido, também, muito limitados, quase poderia dizer colonizados, pelas formas culturais de alguns países europeus, próximos de nós pela sua História, é certo. Mas isso acaba por dar maus resultados. E a verdade é que nós temos raízes verdadeiramente lusitanas em vários pontos do mundo, nomeadamente em África.

**Cdp — O Presidente do Senegal, Léopold Senghor, durante a recente visita que fez ao nosso país, falou de *homos lusitanus*, quer dizer homem lusitano...**

**VPL —** Existem realmente expressões culturais de raiz lusitana em muitos lugares do Mundo e julgo que, se levarmos isso na devida conta, ponderemos favorecer o surgimento de manifestações culturais de raiz portuguesa,

VPL — Com certeza julgo que a função do Conselho do Património Cultural, ao provocar um permanente diálogo que permita que o caminho entre as necessidades e as actuações culturais seja sempre o mais directo possível, mas originais, nesses países, com quem devemos manter relações prioritárias, não só no aspecto cultural mas também no económico, social, político etc. Creio que, se seguirmos esse caminho, conseguiremos alguma coisa de bom.

## INTERCÂMBIO

**Cdp —** Dois exemplos de intercâmbio cultural entre Portugal e núcleos de Portugueses vivendo no estrangeiro: uma delegação portuguesa foi a Paris levar aos emigrantes a peça de Bernardo Santareno «A traição do padre Martinho», bem como os coros de Lopes Graça e o grupo Teatro Português de Paris está neste momento em Portugal, integrado na campanha dinamizadora, para mostrar aos Portugueses uma peça que Peter Weis, grande homem do teatro alemão, dedicou ao problema colonial: «O canto do fantoche lusitano»? O que pensa deste tipo de intercâmbio?

**VPL —** Acho importante, mas creio que nós devemos, para além do mais, valorizar as actividades culturais dos emigrantes portugueses lá nas regiões para onde emigraram. A emigração faz parte da realidade portuguesa, com todos os condicionamentos económicos e políticos que provocaram e temos de conhecer as formas culturais próprias a que deu origem. Conhecê-las e dá-las a conhecer.

**Cdp —** Um período houve da História portuguesa em que muitos portugueses, perseguidos em Portugal pelas suas

ideias liberais, emigraram. No seu regresso ao país, esses a quem se chamou os «estrangeirados» muito vieram contribuir para o desenvolvimento cultural do país. Pensa que o regresso dos exilados e emigrantes ou, pelo menos, a larga troca de ideias que se verifica, através deles, entre formas de vida e de cultura diferentes, pode contribuir para uma alteração da vida e da cultura portuguesas?

**VPL —** Eu não sei ainda exactamente o que é que os grupos de emigrantes portugueses espalhados pelo mundo produzem, mas o que sei é que devemos começar por recolher o que forem produzindo. Acho, de qualquer modo, que, mesmo do ponto de vista histórico, essa recolha é importante e que do confronto da actividade cultural desses Portugueses que vivem longe de Portugal com a dos Portugueses daqui poderão surgir formas de vida e de cultura mais ricas e originais.

**Cdp —** E como vai realizar-se essa recolha e esse apoio?

**VPL —** A nossa intenção é, como diz, recolher e fomentar formas culturais locais. Há comunidades onde a expressão cultural está completamente adormecida, o que aliás é natural, dados os condicionamentos políticos de que falamos. Há, por outro lado, regiões onde uma ou outra pessoa procura fomentar uma actividade cultural, mas para o que não tem meios próprios nem encontra apoios. A nossa missão consistirá em promover actividades culturais onde as não haja e estimular as que já vão existindo, mas sem interferir

na maneira como entendem exprimir-se. Isso é que me parece importante.

**CdP — Já falámos da política «inter-na» desta Direcção-Geral, quer dizer das suas relações com os Portugueses. Tem algum projecto de relação, de intercâmbio cultural com outros países?**

**VPL —** Para além das relações que me parecem prioritárias com os países de expressão lusitana, como os da África, a Índia de que uma parte já foi portuguesa, o Brasil, claro que me parecem muito importantes as relações a manter com certos países e a iniciar com outros com quem, e ainda uma vez mais em razão dos condicionalismos citados atrás, não tínhamos sequer relações. Casos da União Soviética, dos países do bloco socialista, de Cuba... As experiências da União Soviética e de Cuba são importantíssimas para nós, não só pela revolução política, económica e social que ambos esses países levaram a cabo como pelas diferentes soluções que tiveram de encontrar para a resolução de problemas que hoje se nos põem. Claro que o intercâmbio com esses países não pode deixar de acelerar o nosso processo revolucionário, ajudando-nos em todos os sectores e, muito particularmente, no sector cultural. Existe, por outro lado, da parte desses países, uma grande curiosidade e interesse a nosso respeito. Eles pretendem conhecer-nos melhor, afastados que estavam de nós pelo veto fascista. Para além do mais eu verifiquei que, quer num caso como noutro, os nossos povos têm realmente muitas coisas em comum. Disso pude aperceber-me ainda muito recentemente, quando estive na União Soviética.

#### **QUEM É O DIRECTOR-GERAL**

**CdP — O Director-Geral da Cultura popular é jovem, o que é importante, e engenheiro...**

**VPL —** Que eu seja engenheiro ou não parece-me ter pouca importância. Sou, com efeito, engenheiro civil, mas senti, desde sempre, uma falta muito grande de uma actividade que desse um sentido mais profundo à minha vida profissional. O facto de ir trabalhar, ganhar o pão, regressar a casa, dormir, à espera do dia seguinte, esse aspecto dígamos assim vegetativo da vida era-me insuportável; por outro lado, o estudo da realidade social fascinava-me. E eu estava muito em contacto com essa realidade através do cinema.

**CdP — Trabalhou em cinema?**

**VPL —** Sim, fiz bastante cinema e foi pela apresentação desses filmes e

dos debates que se seguiam a essas apresentações, em várias regiões do país e, mesmo no estrangeiro, na própria organização e programação dessa actividade social e cultural que adquiri uma experiência deste tipo de função e, também, a certeza de que é necessário e urgente democratizar e descentralizar a actividade cultural. Essas razões e a minha vontade de lutar para que a vida, tal como ela se arrastava no anterior contexto económico, social e político, mude de sentido, não devem ser estranhas à minha presença aqui.

**CdP — O CORREIO DO POVO faz-se a partir das cartas dos leitores — por isso se chama CORREIO DO POVO — às quais procuramos dar, ou dirigir às pessoas competentes, as respostas solicitadas. Aqui lhe traremos todos os problemas relativos à Cultura Popular que nos forem postos.**

**VPL —** Com certeza. Julgo que a função do *Correio do Povo* será utilíssima, provocando um permanente diálogo que permitirá que o caminho entre as necessidades e os anseios populares, a programação e a efectivação das actividades culturais se torne cada vez mais curto.

**CdP — Esperemos que sim.**

## **HISTÓRIA**

**ALBERTO FERREIRA**

Apesar disso, a república de 1910, comparada com o que veio depois, pode considerar-se um período de ascensão revolucionária, e tanto assim é que 1926 surge como uma necessidade absoluta de liquidar os caminhos da revolução burguesa em Portugal. Porque nessa altura já surgira o Partido Comunista, em 1921, o Trotskismo avançava em grande escala em Portugal, os sindicalistas continuavam a sua luta; por isso, em 1926 estavam reunidas condições para a primeira revolução democrática em Portugal. É por isso que surge o fascismo e a necessidade de tanto reprimir o movimento ascensional das classes trabalhadoras.

**ALBERTO FERREIRA**

## **Refugiados brasileiros pedem ocupação**

Deixamos aqui hoje alguns pedidos de trabalho e ocupação em alfabetização e em cooperativas agrícolas. Todos provenientes de refugiados políticos (brasileiros) a quem Portugal livre deve a solidariedade que durante tantos anos milhares e milhares de Portugueses tiveram de solicitar de outros países. Solidariedade não só política como económica. Outros trabalhadores, refugiados políticos ou não, portugueses ou não, poderão dirigir-se-nos pois daremos, na medida das nossas possibilidades, seguimento a todos os pedidos que nos forem feitos.

#### **Maria Lúcia Cerqueira**

idade: 26 anos  
estudos: Universitários

#### **Gilvan Rocha**

idade: 32 anos  
estudos: Universitários

#### **Luís Carlos Resende Rodrigues**

idade: 39 anos  
profissão: sociólogo/fotógrafo

#### **Flávio Augusto Neves Leão de Salles**

idade: 25 anos  
estudos: 3.º ano de Direito

#### **Domingos Fernandes**

idade: 29 anos  
profissão: técnico industrial

#### **Ronaldo Machado**

idade: 26 anos  
estudos: liceu completo

#### **Moema Santiago**

idade: 26 anos  
estudos: Universitários

#### **Lourivaldo Dourado**

idade: 28 anos  
estudos: Universitários

## PORTUGUÊS:

O VOTO é secreto.

Ninguém poderá exigir-te que digas qual o Partido Político em que vais votar e que tu, em tua consciência, consideras como o melhor para o futuro do nosso país.

No dia das eleições deverás:

— Comparecer na Assembleia ou Secção de Voto da freguesia onde te recenseaste. Tem em atenção que só poderás votar no local que te tiver sido indicado por edital que a tua Câmara afixará 15 dias antes das eleições;

— Aguardar, em fila, que aqueles que chegaram antes de ti votem;

— Quando chegar a tua vez, identificar-te ao presidente da mesa, o qual, depois de te reconhecer, dirá o teu nome em voz alta;

— Receber deste um boletim de voto;

— Dirigir-te a uma câmara de voto, situada próximo da mesa, na qual, sozinho e sem que ninguém possa ver o que fazes, assinalas com uma cruz o Partido Político que tiveres escolhido;

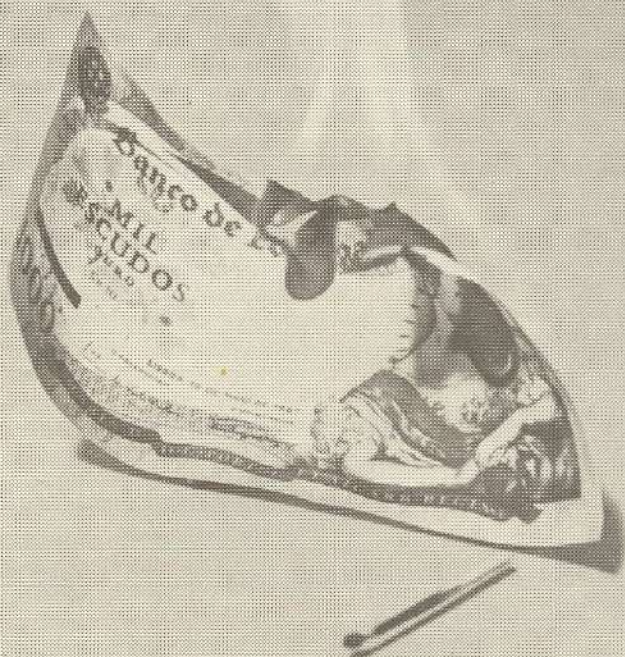
— Dobrar o boletim de voto em quatro, para que ninguém possa ver o partido que escolheste;

— Entregar o boletim de voto ao presidente da mesa que, sem o desdobrar, o introduzirá na urna, enquanto os escrutinadores, dois dos componentes da mesa, descarregam o teu nome no caderno de recenseamento.

O teu boletim de voto, dentro da urna, mistura-se com os outros que porventura já lá estiverem e com os que se seguirem. E como no boletim não assinas, nem pões o nome, nem escreves nada que não seja a cruz à frente do Partido Político, é impossível alguém vir a saber em que partido votaste.

**VOTO  
UMA ARMA  
DO POVO**

# ENERGIA É DINHEIRO NÃO DESPERDICE DINHEIRO QUE O PAÍS PRECISA



Na vida de todos os dias consomem-se grandes quantidades de energia. Ao longo de 24 horas através de gestos que se repetem quase automaticamente o consumo aumenta. Tire da energia o melhor rendimento. Diga não aos gastos supérfluos de energia. Ao consumir desnecessariamente está a desperdiçar dinheiro que o país precisa para o

seu desenvolvimento. Grande parte da energia vem do estrangeiro e Portugal gasta muito dinheiro com a sua importação. A energia é cara. Diga não aos gastos supérfluos. Contribua também você para o aumento da riqueza nacional e para o bem-estar de cada um. **PENSE DUAS VEZES ANTES DE GASTAR DINHEIRO.**

CONSULTE O SEU FORNECEDOR HABITUAL OU O DIRECTOR GERAL DE ENERGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

não desperdice

**ENERGIA**

